



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX — N.º 93 — SÃO PAULO, ABRIL DE 1965 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

Resposta ao Colonialismo



Tropas do exército popular da libertação da Guiné saudam o secretário geral do PAIGC, Amílcar Cabral. Imagens como esta, difundidas pelo mundo, são o melhor desmentido que se pode oferecer à propaganda salazarista quando pretende apresentar como bandoleiros os patriotas que lutam pela independência da Guiné e Cabo Verde

A decadência intelectual de Salazar é hoje tão notória que o seu último discurso deixou alarmadas as próprias forças que directa ou indirectamente vêm sustentando o fascismo português. Para o velho ditador nada mudou. Os seus olhos cansados e o seu espírito decrepto contemplam sempre o mesmo mundo estático e irreal. A única novidade, se assim se lhe pode chamar, é o agravamento da megalomania que o eleva perante si próprio ás dimensões de génio tutelar e incompreendido.

Procura, logo no início da arenga, acalmar os seus colaboradores em verdadeiro pânico: "Estas considerações deviam bastar para serenar os ânimos inquietos, exageradamente preocupados com as eleições de deputados que este ano se hão-de realizar". Engana-se. É justo o temor dos seus apaniguados. Eles sabem que a litania do chefe decadente nada poderá contra o ascenso do movimento popular, por melhor encenada que seja a farsa eleitoral em preparação.

Por outro lado, o Ditador mais uma vez nos dá, em peças de verdadeira antologia, a sua conhecida teoria, a que poderemos chamar ELOGIO DO SUBDESENVOLVIMENTO. Fala-nos de "sociedades moral e politicamente degradadas", fala-nos da "época dos povos ricos sem alma", dando a sua preferência aos povos pobres com alma, não acredita que se possa "acabar com os pobres na terra", e ainda bem, para a alma se não perca.

No que diz respeito ao problema colonial, mais uma vez nos fala da "conspiração internacional" provocada pelo despeito e os baixos interesses, voçiferando também mais uma vez contra os traidores à Pátria que pensam numa solução política como a única susceptível de fazer sair o País do bêco

sem saída em que se encontra. Também, mais uma vez repudia o liberalismo e os liberais, o comunismo e os comunistas, toda e qualquer forma de democracia, carregando o acento num repúdio de mais fresca data: o da intervenção da Igreja nos negócios políticos e sociais. Enfim, esta figura e este regime, expoentes máximos do anacronismo no nosso século, terão em breve o fim que merecem, de acôrdo com as linhas mestras mais profundas da história do nosso Povo e da nossa Pátria. As profundas tradições democráticas da nossa história liquidarão em breve o Ditador e a sua Ditadura, mostrando ao Mundo que as nossas "instituições tradicionais" são as instituições democráticas, que o Povo Português pode ser um povo rico conservando a alma, que a existência de pobres não é uma constante da nossa história, e que o Povo Português não é um povo colonialista e muito menos segregacionista. Num ponto o grande megalómano se confessa frustrado: a doutrinação, o que é o mesmo que confessar o repúdio de todo um Povo pelo Fascismo Salazarista. Termina, incitando os seus partidários á doutrinação. E também este ponto não nos traz novidade. Este incitamento já é matéria de discursos anteriores. E nada de novo surgiu após cada incitamento. A doutrinação Salazarista não só nunca teve o mínimo êxito, como nunca se fez, e isto pela boa e simples razão de que NÃO HA' NENHUMA POSSIBILIDADE DE SE FAZER DOCTRINAÇÃO SEM DOCTRINA. A culpa não é dos doutrinatorês; é sim, da inexistência da doutrina. A doutrina e a doutrinação estão do lado das forças democráticas que em perfeita Unidade de Acção chegarão brevemente ao Poder, justificando amplamente o pânico de que estão possuídas as hostes salazaristas neste ano de 1965.

O
CANTO
DO
CISNE

PORTUGAL
DEMOCRATICO

cotipa-
das na
e?

ja

er fi-
subs-
ir os
rial ou
ecendo
históri-
inter-
o de-
nedida
e a vi-
absor-
al da
avras:
aguesa
az de
scismo
de se
s ne-
que os
ntem
o em
gar as
erência
a muí-
ca as
históri-
a hie-
«acção
is os
ugal o
o mes-
ropõe-
iorida-

da nos
neações
limitin-
levar
quia a
ais fa-
ogres-
fascis-
ntra o
ampla

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP. Brasil

A Lição de Beja IV

Conclusões Finais

O assalto ao quartel de Beja — além da composição social e política dos organizadores e participantes — teve outros aspectos relevantes: o conspirativo, e o da colaboração e ligações externas. Também aqui o "complot" de Beja revela diferenças e progressos substanciais em relação com os golpes militares anteriores. Indica, de certo modo, o procedimento correcto a seguir no terreno operacional — o da organização metódica e precisa, caminho já antes percorrido, por exemplo, com óptimos resultados, nas fugas colectivas de Peniche e Caxias. Nestes sucessos — no assalto ao quartel de Beja e nas fugas colectivas de Peniche e Caxias — foi posto em evidência uma grande preocupação e zelo conspirativos, uma rigorosa e eficiente rede de ligações internas e externas (no primeiro caso apenas em parte), e um considerável dispositivo de recursos materiais e técnicos. Em todos eles podemos observar vários pontos de contacto no tocante ao rigor das ligações, da organização e do sigilo; e poderão ficar certamente como episódios exemplares e clássicos da luta antissalazarista dos últimos tempos.

No entanto convém salientar que, enquanto que para o êxito das fugas colectivas de Peniche e Caxias, o segredo era naturalmente um factor essencial e parte do objectivo estratégico (fuga, posterior defesa da vida e das actividades clandestinas dos fugitivos) e, por conseguinte, condição prévia e imediata ao acto em si, no caso de Beja, pelo contrário, o segredo era unicamente um meio precário e provisório. A finalidade estratégica (insurreição) exigia que, em certo momento, o mais importante não já manter o segredo mas precisamente a divulgação e expansão do acto insurreccional — única maneira de nele participarem no mais curto prazo o maior número possível de combatentes e de pressões favoráveis. É precisamente neste ângulo em que aparecem vivas as tradições golpistas no "complot" de Beja — e as causas do seu fracasso. O segredo transformado em factor tático rígido e constante; a sobrevalorização do factor pessoal e da audácia; a autogestão de grupos isolados; a subestimação da cooperação popular organizada.

O segredo levado ao absoluto, o seu prolongamento para lá dos limites conspirativos, confundindo-o e consubstanciando-o de forma indissolúvel com o processo tático e os fins estratégicos, conduz ao isolamento e à retracção do ímpeto revolucionário na medida em que, este desembocará, inevitavelmente, no automatismo e no fraccionismo, na auto-suficiência.

Afloraram, pois, todavia, em Beja, as velhas crenças do revirralho: o factor surpresa, a temeridade, a espontaneidade e a teoria do rastilho. A repetida ideia de que o assalto sigiloso e imprevisível comove e desarticula o aparelho repressivo; e de que as massas populares já estão preparadas para a refrega, não sendo necessário mais que atizar a fogueira latente.

Porém como se viu na prática, a vida encarregou-se uma vez mais de atirar abaixo o castelo de areia das fantasias e ilusões reviralhistas. Nem as tropas aquarteladas em Beja (precisamente num quartel onde se tinham já verificado algumas acções de resistência por parte dos soldados) nem os habitantes da cidade aderiram ou participaram no assalto. Porque?

Porque motivo não alastrou a fogueira, então?

Creemos sinceramente que entre os soldados e no seio dos habitantes de Beja havia dezenas, centenas e milhares de patriotas dispostos e capazes de dar a vida pela causa da revolução. Porque não apareceram? Porque não secundaram o movimento?

Simplesmente porque não foram ganhos previamente para a revolta através de um trabalho de organização; ou porque não sentiram intensamente o movimento e a viabilidade dum triunfo nas condições em que se desenvolvia. Apesar de que a notícia do levantamento parece ter chegado mais depressa a Lisboa que ao interior do teatro dos acontecimentos (as forças repressivas estavam presentes na hora do assalto), que teria acontecido mes-

J. LOPES MENDES

mo assim se várias dezenas de soldados e várias centenas de habitantes do lugar e das redondezas estivessem comprometidos e participassem nos acontecimentos? Sem dúvida que o resultado teria sido bem diferente, embora talvez não fôsse ainda a vitória.

Ainda que a intervenção das forças repressivas, e factores de variada ordem tivessem já interrompido o enlace com outros elementos acaso comprometidos no resto do País — quem diria se uma resistência firme e prolongada com baixas de ambas partes não determinaria novas revoltas noutros lugares? Isto estaria dentro do possível. Portugal não é nenhuma excepção. O mesmo tem sucedido em outros lugares.

Mas neste caso não seria o "rastilho" do golpe sigiloso e de surpresa que determinaria a reacção em cadeia do processo revolucionário (como não provocou nem em Beja nem antes de Beja): seria a resistência colectiva, a participação do povo e das forças revolucionárias organizadas.

O que determina o deflagrar com êxito e assegura depois o desenvolvimento progressivo do processo revolucionário, além das condições objectivas e dos elementos técnicos e materiais, é a organização prolixa e extensa, organização que enlace numa frente comum as massas populares, os partidos e grupos diversos com os soldados e oficiais revolucionários.

É ainda aqui, mau grado as deficiências e erros apontados, que Beja assinala o norte. Elementos do povo estiveram presentes no assalto e participaram na sua preparação; o que faltou foi a organização, a ligação orgânica com as massas populares.

Tomaram-se muitas medidas conspirativas acertadas e ligações técnicas pertinentes; mas o segredo excessivo e o esquematismo dos contactos e do plano estratégico, ao não saírem do marco estreito do golpismo e do pessoalismo, impediram a conjugação dos conspiradores com os soldados e o povo.

Vaticinamos e desejamos no entanto que o fracasso do assalto ao quartel de Beja seja a última derrota das forças anti-fascistas. Como dissemos, e já alguém mais autorizado que nós o afirmou, Beja inicia uma nova fase da luta em Portugal e, em muitos aspectos, nos indica o caminho da vitória. É por tê-lo considerado deste modo que nos demorámos mais no exame dos seus aspectos negativos e positivos.

Podemos afirmar finalmente que nas condições presentes nenhuma das correntes em que se divide a oposição portuguesa, por si só, sem o concurso dum parte do exército e do povo armado, poderá derrubar o fascismo, nem sequer repetir o esforço heróico do 18 de janeiro de 1934 — o mais forte impacto sofrido pela ditadura nos seus 38 anos de existência. Nessa época remota ainda se conservavam latentes as tradições liberais e sindicalistas, e, em parte, intactos, os alicerces do forte aparelho sindical e dos quadros políticos da República.

É certo que hoje em compensação se dispõe dum maior experiência política, dum melhor organização técnica e conspirativa, de poderosos recursos e condições favoráveis, antes inexistentes. O 18 de Janeiro, contudo, poderia ter sido, de facto, a tumba do fascismo, se os militares não tivessem tido medo do povo, e tivessem saído à rua, coadjuvando-o. Como teria sido provavelmente o resultado de certas lutas populares levadas a cabo durante as últimas jornadas eleitorais, nomeadamente 1958, se não se somassem aos velhos erros, erros novos, derivados do legalismo.

Inferese portanto que a conjugação dialéctica dos dois polos confluentes das várias tendências predominantes na oposição portuguesa é a única forma viável de encontrar uma saída táctica plausível e justa para o problema da revolução portuguesa: o levantamento nacional armado através das lutas de massas!

Em princípio, este acordo foi alcançado. Está nítida nas resoluções da I, II e III conferências da FPLN. Resta agora levá-lo ao ter-

reno da prática. Depois dum longo peregrinar, a oposição portuguesa encontrou o instrumento da revolução: a unidade militante através da FPLN; e a rota da vitória: o levante nacional armado. Mãos à obra, pois. A sobrevivência do fascismo depende de nós; da nossa acção. Durará na razão directa de nossa capacidade ou incapacidade para organizar e mobilizar as massas na direcção adequada.

O Movimento Camponês

ÉVORA (Do Correspondente) — De Norte a Sul do País as lutas no campo assumem uma amplitude que trás as autoridades fascistas em autentico pânico. Seria inexacto falar-se de uma campanha de protesto organizada em escala nacional e com objetivos politicos immediatos e directos. Na realidade, a batalha que se trava é constituída por centenas de lutas isoladas que se concentram em torno de reivindicações locais ou de abusos e violencias do governo ou do seu aparelho de repressão. Simplesmente, como nas actuais circunstancias toda a luta reivindicativa se transforma em luta politica na medida em que desencadeia a repressão, pode-se afirmar que o ascenso do movimento camponês é em si um fenomeno politico de excepcional importancia.

Mercê da sua inabilidade o governo fascista acaba aliás de contribuir para um descontentamento generalizado de todos os pequenos e medios vicultores que em assembleias tumultuadas vêm atacando a medida que onerou com uma nova taxa de quarenta centavos o preço do litro do vinho. Entre as localidades onde a politica do governo e da Junta Nacional do Vinho foi já publicamente criticada e denunciada como visando liquidar os pequenos vicultores em beneficio dos grandes produtores contam-se as seguintes: Mortágua, Figueira da Foz, Vouzela, Agedua, Lourinhã, A dos Cunhados, Arruda dos Vinhos, Poços de Vilharegues, Campa, Mantelgas, Sabugal, Penamacor, Gradil, Lapas, e Ancas.

Em todo o Alentejo e Ribatejo prosseguem por outro lado, cada vez mais numerosas, as lutas dos camponeses sem terra em torno de reivindicações varias. O movimento que tende a elevar de 5\$00 diários as jornas alastrou pelos distritos de Santarem, Beja, Evora e Portalegre, estando já vitorioso em Grandola, Alcaer do Sal, Alparça, Vermioss Almeida e Malpartida. Nestas três localidades, os operários rurais fizeram greve durante duas semanas para tornar vitoriosa a sua exigencia do aumento de 5\$00.

Em Baleizão, Pias, Montemor do Novo e Vale de Figueira os camponeses sem terra vêm tambem lutando vitoriosamente por diversas reivindicações.



"O PROCESSO DO SALAZARISMO"

Relatório sobre Portugal é o titulo de um livro que a União Internacional dos Estudantes acaba de editar; são 119 páginas de preciosos dados sobre o fascismo português que merecem um destaque na biblioteca de todos os democraticos.

Apelo da F.P.L.N. Ao Povo Português

Reproduzimos abaixo o texto da proclamação que a Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional dirigiu ao Povo Português a propósito da vaga de terror desenhada ultimamente pelo fascismo, particularmente contra os estudantes:

Anda um bando de assassinos à solta em Portugal. E esse bando é a PIDE, a Polícia Política, que ao serviço do governo salazarista tem sido o grande instrumento da opressão fascista, semeando o terror e a desolação na nossa Pátria.

Durante muitos anos, devido a uma conjuntura internacional desfavorável, os crimes do salazarismo não ultrapassavam as fronteiras de Portugal e, muitas vezes, eram desconhecidos no nosso próprio país. Mas, hoje, a correlação de forças alterou-se no mundo. O Povo Português não está só na sua luta. Hoje, os povos de inumeros países livres e democraticos dão à luta do Povo Português uma solidariedade activa e fraternal. As noticias dos crimes cometidos contra os anti-fascistas portugueses e contra os povos das colonias chegam depressa às cinco partes do mundo. E, em Portugal, toda a gente sabe que as cadeias estão cheias de presos politicos, ninguém ignora que todas as semanas os tribunais fascistas condenam homens e mulheres cujo crime é o de amarem a sua pátria e o seu povo e lutarem para serem cidadãos livres num Portugal livre e democratico. Hoje, toda a gente sabe que a PIDE tortura toda a gente que a PIDE destrói a vida de muitos portugueses. Os seus crimes ficaram impunes, os seus crimes ainda estão impunes. Milhares de portugueses passaram pelas suas mãos assassinas. Milhares de portugueses ficaram com as vidas para sempre destróadas. E não foram poucos aqueles que morreram sob a tortura ou varados pelas balas criminosas dos agentes da PIDE. Mas agora que o fascismo entrou no periodo final da sua historia, agora, que existe em Portugal um amplo movimento nacional anti-fascista, é tempo de dizer basta, é tempo de anular a acção da PIDE. É preciso impedir que os carrascos salazaristas continuem a torturar e a assassinar impunemente. É certo, que exactamente porque o fascismo atravessa a mais grave crise da sua historia e porque o movimento anti-fascista se alarga e reforça cada vez mais, também a repressão se intensifica, também os fascistas se preparam para a batalha final. O aumento da repressão é uma consequencia do desenvolvimento crescente das lutas populares nos ultimos anos. E a PIDE começa a ter medo, a PIDE começa a perder a cabeça. Todos os dias se cometem na nossa Pátria os mais barbaros atentados contra os mais elementares direitos da pessoa humana.

Maria Georgina de Azevedo é uma jovem de vinte anos de idade, estudante da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Durante doze dias e dozes noites foi barbaramente torturada pela PIDE. Quando o pai, o jornalista Manuel de Azevedo, conseguiu finalmente visita-la ao fim desses trágicos doze dias, não reconheceu a filha de tão abatida e desfigurada que estava. Afrito e revoltado, escreveu ao Ministro do Interior uma carta digna em que pedía providencias immediatas. Hoje, sabemos que Gina de Azevedo perdeu o uso das faculdades mentais e foi internada num hospital.

Qual foi o crime desta jovem de vinte anos de idade? Lutar ao lado de milhares de colegas pela defesa das associações de estudantes e pela liberdade da Universidade? Lutar por um futuro mais digno para os futuros filhos que viesse a ter? Oferecer à Pátria a generosidade da sua juventude, o melhor do seu esforço e da sua inteligencia? É preciso que cada português responda a estas perguntas. Porque uma jovem foi destruída, uma rapariga de vinte anos de idade, estudante de uma escola superior, foi torturada doze dias e doze noites ao ponto de perder a razão.

Podia ter sido a tua filha, a tua irmã, a tua mulher ou a tua namorada. Uma rapariga portuguesa, aos vinte anos de idade, foi barbaramente torturada pela PIDE. Era

uma estudante da Escola Superior de Belas Artes que lutava pela defesa das associações de estudantes. Era uma rapariga que queria um Portugal melhor para todos os Portugueses.

Ao entrarmos em 1965 é isto que se passa em Portugal. Mas não é só o caso de Gina de Azevedo. É o caso de todos os portugueses que, ao longo dos anos, passaram pelas mãos da PIDE, é o caso de todos os patriotas que estão nas mãos da PIDE, — é o caso das dezenas de democraticas que, neste mesmo momento, estão a ser torturadas pela PIDE. E, por isso, nos dirigimos a vós, companheiros de combate. E, por isso, apelamos para todos os portugueses honrados, para todos aqueles que, na nossa Pátria, apesar de 38 anos de fascismo são capazes de distinguir entre a justiça e a injustiça, entre a opressão e a Liberdade, entre os carrascos salazaristas e os jovens que, como Gina de Azevedo, sacrificam a sua vida por um Portugal livre e democratico. Os que estão pelo Povo contra os inimigos do Povo os que estão pela Pátria contra Salazar são a grande maioria do Povo Português. E essa é a grande condenação historica do regime salazarista. Mas sabemos tambem que ainda há portugueses que, reprovando, embora, os crimes do fascismo encolhem os ombros com indiferença, afirmando que nada se pode fazer. A esses, especialmente, nós queremos dizer que há muita coisa a fazer, que é possível lutar e vencer e que a libertação da nossa Pátria depende tambem do seu esforço e da sua acção. A esses portugueses nós queremos afirmar que, neste momento historico, a indiferença perante os crimes do fascismo é uma forma voluntaria ou involuntaria de cumplicidade com os carrascos do Povo.

E ninguém diga que não sabe. Toda a gente sabe o que a PIDE faz. Ninguém pode ficar indiferente. É chegado o momento de escolher. É preciso escolher entre a justiça e a injustiça, entre a opressão e a Liberdade. É preciso escolher entre o Povo e os inimigos do Povo. É preciso escolher entre a Pátria e Salazar. É preciso escolher desde já, desde este momento em que todos sabem que, em Portugal, anda um bando de assassinos à solta. É preciso que cada português cumpra o seu dever.

A Pátria está em perigo. A Pátria está a saque. Anda um bando de assassinos à solta em Portugal. E esse bando é a PIDE, a policia politica do governo terrorista de Salazar. Ninguém deve ficar indiferente. Há um caminho a escolher. E esse caminho, é o caminho da luta pela libertação da nossa Pátria.

Falamos aos militantes da F.P.L.N.; dirigimo-nos ao Povo Português. Devemos anular a acção da PIDE; devemos mobilizar as massas populares; devemos organizar uma ofensiva popular e nacional contra a repressão.

Passai à ofensiva de massas contra a PIDE!

A Junta Revolucionária Portuguesa apela para que todos os portugueses honrados defendam os militantes e as organizações anti-fascistas.

Não se pode assistir indiferente à prisão dum patriota. Não se pode permitir que a PIDE continue a torturar e a assassinar impunemente.

É preciso levantar contra a PIDE, a colera do POVO!

É preciso anular a acção da PIDE!

Que cada anti-fascista cumpra o seu dever. Que cada português faça o que a sua consciencia lhe ditar.

Abaixo o fascismo!
Viva a Liberdade!
Viva Portugal!

Nolas e comentários

Mesa Redonda sobre a Emigração

Coincidindo com o ultimo discurso de Salazar — a que bem poderíamos chamar a certidão de óbito do salazarismo — no acto de posse da "nova" Comissão Executiva da chamada União Nacional, realizou-se em Lisboa, de 16 a 20 de fevereiro, organizada pelo "Diário Popular", uma mesa redonda sobre uma das consequências mais graves da politica anti-nacional do Governo fascista de Salazar: a emigração em massa, o exodo, a que são obrigados anualmente milhares de portugueses. Razões economicas e politicas estão na base do despovoamento progressivo do "paraíso" salazarista. Os limites desta nota impedem-nos de comentar, e até de discordar algumas vezes do que nessa mesa redonda foi dito. Não queremos no entanto deixar de fazer notar a total contradição entre as realidades ali discutidas e o discurso que na mesma altura proferiu o coveiro da Pátria, aquele que podemos classificar como a figura mais anacrónica do nosso século. O confronto é tanto mais probatório quanto mais atentarmos na composição desta mesa redonda, composta na sua grande maioria por confessos servidores de hoje, ou ainda de ontem, do Governo Salazarista: Adriano Moreira, ex-Ministro do Ultramar, Director do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; Padre Joaquim Monteiro Saraiva, Director da Missão Católica de Paris e Versalhes; João Caldas de Almeida, presidente da Corporação da Lavoura; Palmira de Moraes Pinto Duarte, Assistente Social, Professora do Instituto de Serviço Social de Lisboa Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; José Manuel de Melo, industrial da CUF, Director do Banco Totta; Raul da Silva Pereira, economista; Gonçalves Pereira, advogado; Almerindo Lessa, médico dos Hospitais, Professor de Antropologia; João Evangelista, Licenciado em Ciências Geográficas, Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Fernando Namora, médico e Escritor. A coordenação desta mesa redonda, foi efectuada da parte do "Diário Popular" por Francisco Balsemão e Mário Ventura Henriques. Entre os participantes devemos destacar a Padre Joaquim Monteiro Saraiva, pelas suas carizadas intervenções, em que a má fé se confunde sempre com a total incompetência. Apenas uma observação, para terminar: sabemos bem que era impossível aos participantes nesta mesa redonda referirem-se de maneira clara à emigração por motivos politicos, mas é de certa maneira confrangedor ouvir o dr. Almerindo Lessa dizer que "os bons intelectuais que estão no Brasil são hoje brasileiros". Será verdade para alguns, por razões muito respeitáveis. Mas muito mais numerosos são ainda aqueles que como Ruy Luis Gomes, José Morgado, Sarmiento Pimentel, Miguel Urbano Rodrigues, no Brasil, Manoel Valadares, Emídio Guerreiro, Vasco de Magalhães Vilhena, Antonio José Saraiva, João Andrade e Silva, Francisco Ramos da Costa, Vitor de Sá, Jorge Reis, Eduardo Lourenço de Faria, Silas Cerqueira, e tantos outros em França, Ricca Gonçalves na Bélgica, Fernando Piteira Santos, Manuel Sertório, e tantos mais na Argélia, não obstante a divida de gratidão para com os países onde encontraram abrigo e trabalho, ainda não desistiram de ser portugueses.

J. B. C.

A lição dos Estudantes

O comportamento dos estudantes de Lisboa na luta que vêm travando pela autonomia das suas associações e pela libertação dos seus companheiros surpreendeu certos setores da opposição democrática, tanto pela flexibilidade da tática empregada como pelo espirito profundamente realista de que deram mostras nas situações mais difíceis. Mesmo em análise superficial dos acontecimentos, salta à vista que sem a prudência e a lucidez dos quadros que, de um dia para o outro, se viram guindados à situa-

ção de líderes naturais do movimento, a unidade, que foi e continua sendo a força maior deste, não, resistiria às provas a que se viu submetida. Nenhuma dúvida resta hoje de que o fortalecimento da campanha não teria sido possível se no embate entre as duas tendências em presença, no momento mais crítico da luta, quando a repressão se abateu brutalmente sobre a Universidade não houvesse triunfado o realismo daqueles que se opunham a uma radicalização errônea e infantil.

A resposta comovedora dos estudantes às provocações da PIDE e de Salazar, solidarizando-se de maneira impressionante com os seus líderes apontados como comunistas pelo ditador, veio confirmar o acerto dos que, desde o inicio do movimento, se vinham opondo à colocação da luta em bases ideológicas desvinculadas da situação objetiva, isto é das reivindicações imediatas cuja firme sustentação desencadeou a repressão. Os "revolucionários" mais inflamados que consideravam superada a defesa das Associações e queriam a todo o custo partir para a luta ilegal, serviram mal o movimento. A unidade magnifica que se forjou na acção dando ao movimento amplitude nacional e posteriormente, repercussão internacional devemos-la à coragem e à tenacidade daqueles que, sem se impressionarem com radicalismos verbais, impediram a cisão que inevitavelmente teria resultado de um desvio dos objetivos iniciais. Houve, evidentemente actos dos estudantes que levaram a luta para além do plano estritamente legal. Mas decorreram da própria acção do aparelho repressivo fascista; surgiram com naturalidade, na dialectica de um processo em que a participação de massas cada vez mais solidárias e coesas não pode ser encarada como consequência de um alto nível de politização mas sim como o resultado inevitável da força moral de uma posição inatacável e dos erros cometidos pelo adversário. O simples facto de a Universidade de Coimbra ter permanecido praticamente à margem dos acontecimentos e de os estudantes do Porto se haverem limitado a emprestar uma solidariedade formal aos seus colegas de Lisboa, vale por uma prova cabal de que o movimento estudantil apesar dos admiráveis progressos realizados em Lisboa, só poderá ascender a uma fase superior com a sua articulação em escala nacional, se os seus dirigentes mais lúcidos continuarem surdos às palavras de ordem do esquerdismo infantil que ainda domina certos elementos. A aparente carga ideológica dos estudantes que passam o tempo preconizando acções violentas e necessariamente isoladas não é mais do que a tradução de um real vazio ideológico. O tipo de revolucionário romântico e heróico que encontramos, por exemplo nos livros de Malraux é incompatível com a dialectica da História, por mais sedutor que se apresente aos olhos da juventude. Não são os Hong e os Kyo que lesem dúvida, em toda a revolução um lado caótico; mas uma revolução que tenha em vista os interesses do povo português e da sua classe tradicionalmente oprimida terá de ser acima de tudo exarcta, planificada e incomparável as revoluções à vitória. Há, pátivel com sentimentalismos de raiz idealista e pequeno burguesa. Os dirigentes estudantis de Lisboa ofereceram-nos agora uma prova convincente de que têm plena consciência dessa realidade inelutável.

M.U.R.

Pela Abolição do Poder dos Monopólios-II

Dando prosseguimento à publicação do documento "Rumo à Vitória", reproduzimos a seguir a segunda parte do capítulo consagrado à acção nefasta dos monopólios na vida portuguesa.

Através dos longos 38 anos de seu dominio, mas particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, o governo de Salazar (a mando das grandes companhias) tem levado a cabo uma verdadeira cruzada de aniquilamento e expropriação da pequena produção industrial (assim como da pequena produção agrícola e do pequeno comércio). Ataca a "pulverização", a "poeira industrial", a diminuta dimensão das unidades, a ineficiência, a baixa tecnologia, a "concorrência anárquica". Afirma que os objetivos da centralização são "eminente nacional", porque com ela se pretende melhor aproveitamento, eficiência, produtividade, qualidade, rentabilidade, preços de competição no mercado internacional. E a coberto destas justificações (técnicamente verídicas, politicamente demagógicas) impulsiona força, impõe a centralização.

Num país atrasado, cuja industrialização mal dá os primeiros passos e em que é baixíssimo o consumo, o governo tem o descaro de falar em "super-apetrechamento" e "excesso de capacidade" das nossas indústrias e justificar também a necessidade da centralização pela necessidade de eliminar esse "excesso". Se, por exemplo, na fundição de aço, no fabrico de limas e de parafusos metálicos, a indústria está equipada para produzir 12 vezes o actual consumo nacional, se nos contraplacados, trefilaria, tubos de aço, condutores eléctricos, está equipada para produzir de 3 a 5 vezes mais, a conclusão imediata que daí tiram os fascistas não é da necessidade de aumentar o consumo, mas a de aniquilar as pequenas empresas para entregar toda a produção a monopólios tecnicamente melhor equipados.

A contradição entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo não é resolvida dentro do capitalismo. No capitalismo a utilização mais ampla das forças produtivas existentes leva a produção a exceder as possibilidades da sua venda. Cria-se então um ciclo vicioso: para produzir mais seria necessário poder vender mais; para vender mais, seria necessário baixar os preços; para baixar os preços nas condições presentes seria necessário acumular menos; acumulando menos não se poderiam fazer inovações técnicas; não se fazendo tais inovações, produz-se mais caro; vendendo-se mais caro, vende-se menos; vendendo-se menos não se pode produzir mais. Solução fascista: aniquilam-se as pequenas empresas; elimine-se a sua quota na produção, entregue-se esta aos monopólios.

Concentração

É verdade que o desenvolvimento das forças produtivas exige o desaparecimento das indústrias fragmentárias. Mas, sob o capitalismo e mais particularmente sob a ditadura fascista, tal desaparecimento não aproveita a amplas camadas populares, mas apenas um punhado de milionários, à custa da miséria e sofrimento dos trabalhadores e da ruína dos pequenos industriais. Em alguns ramos, o aniquilamento dos pequenos e a centralização foram rápidos e espetaculares (laticínios, moagem, chapéus). Noutros ramos (papel, cutelaria, gelo), fundem-se ou são absorvidos muitos dos mais pequenos acompanhando a inauguração de novas unidades. Noutros

ramos, o número de fábricas de menos de 21 operários desce e o número de fábricas de centenas de operários aumenta — o que se opera mais rapidamente quando a crise atinge o ramo. Nas conservas, nas cortiças, nos resinosos, as crises têm provocado o encerramento maciço de pequenas fábricas e a imediata e correspondente centralização. Os operários das fábricas de menos de 21 operários, que em 1949 representavam 11% do total de operários representavam já só 9% em 1961.

Salvo ramos novos na indústria, nos quais aumenta naturalmente o número de fábricas, é quase geral a diminuição do número de fábricas, acompanhando o aumento do número de operários e de força motriz por fábrica e o aumento da produção.

O número médio de operários por fábrica passou de 1957 para 1961 de 7 para 14 nos laticínios, de 84 para 90 nas conservas de peixe, de 44 para 66 nos chocolates, de 200 para 262 na cerveja, de 44 para 52 nos lanifícios, de 116 para 128 nos algodões, de 113 para 189 no corte de pelo, de 45 para 73 nos folheados e contraplacados, de 40 para 60 no papel e cartão, de 114 para 136 nos artigos de borracha, de 11 para 19 nos explosivos, de 279 para 334 no vidro, de 192 para 211 nas porcelanas e faianças, de 45 para 69 na cal hidráulica, de 438 para 483 no cimento, de 73 para 110 nos cabos e condutores eléctricos.

O aumento da força motriz instalada em média por fábrica é quase geral. De 1949 para 1961, o número de cavalos-vapor por fábrica passou de 4 para 22 nos resinosos, de 79 para 246 nos vidros, de 83 para 140 na cerâmica, de 448 para 965 na cerveja, de 209 para 255 nos fornos, de 8.436 para 11.206 no cimento, de 71 para 123 nos lanifícios.

As pequenas fábricas vão perdendo a sua importância, vivendo em dificuldades crescentes, entrando num ciclo de dificuldades que as leva à ruína e à falência. Cresce o papel das grandes empresas que tomam conta dos ramos respectivos de produção, que comandam os preços, que dominam o mercado e acabam por levar à falência ou absorver as pequenas unidades.

«Tratem de mudar de vida»

Este processo deve ser entendido na escala portuguesa isto é: de um país industrialmente pouco evoluído. O aumento do número de fábricas pode dar-se (sem que isso represente "desconcentração") em ramos mais atrasados em substituição de oficinas artesanais, ou em ramos agora introduzidos no país. Logo porém se observa a luta para a centralização de unidades criadas e (mais ainda) os grandes a exigirem o "condicionamento" e a "reorganização".

O grau de concentração aparece no facto de que, no conjunto dos principais ramos industriais, enquanto 3.206 fábricas de menos de 21 operários, correspondendo a 67% do número de fábricas empregam 32.060 operários correspondendo apenas a 14% do total, 529 fábricas de mais de 100 operários correspondendo apenas a 11% do número, empregam 148.000 operários correspondendo a 64% do total. Este grau de concentração é julgado insuficiente pelas grandes companhias e toda a acção do governo dirige no sentido de lhes dar satisfação através da "reorganização industrial".

Justificando-se com a produtividade exigida pela baixa das barreiras alfandegárias resultante do Acordo dos Sete, o governo prepara uma rápida centralização compulsiva para cerca de 20 ramos (conservas, vidros, têxtil, metalurgia, cortiças, papel, calçado, cutelaria, laticínios, refinação de açúcar, curtumes, resinosos e outros). Acusam-se os pequenos industriais de que são "um peso morto", de que "mais complicam do que servem a indústria". A sua resistência chama-se "individualismo" e "espírito

de desconfiança. A Presidência do Conselho opõe-se à indemnização aos expropriados. No Relatório Preparatório do II Plano de Fomento de Presidência do Conselho diz-se clinicamente que "não deverá adoptar-se a prática de indemnizar os empresários das fábricas que houverem de fechar" porque "os mais aptos" são os que ficam e "não se deve por "sentimentalismo" (sic) sacrificar toda a "comunidade" (resic). E o Ministro da Economia ameaçava não há muito: "Tratem de mudar de vida".

Os projectos de reorganização mantêm-se no segredo do governo e das grandes companhias. Mas, por vezes, levanta-se um pouco do véu. Então os maiores industriais e seus porta-vozes fascistas vão ao ponto de dizer quantas fábricas devem continuar laborando e quantas devem encerrar as portas. O governo toma medidas para impor ao país tais ambições.

«Reorganização Industrial

Na moagem, o governo não só prepara nova ofensiva para a liquidação dos milhares de pequenos moinhos e azenhas como, no sector de farinhas espoadas, não contenta com a redução dos números das fábricas de 240 em 1934 para 78 em 1960, diz agora que 58 destas "se situam abaixo da dimensão aconselhada" e procura entregar toda a moagem a meia dúzia de grandes companhias dominantes no ramo. Na tipografia, o regulamento do funcionamento do ramo, publicado em fins de 1962, põe tais exigências de equipamento às pequenas empresas, que se calcula que dois terços das 900 tipografias existentes serão simplesmente suprimidas. Noutros ramos industriais, as intenções e planos de "reorganização" ainda aparecem de forma mais clara. A Sena Sugar (inglesa), cuja refinaria de açúcar detem um terço da produção defende a centralização compulsiva das 21 unidades existentes no máximo de 4. Nos vidros projecta-se a concentração das fábricas de garrafas e garrações em uma ou duas unidades de produção automática, das 4 empresas fabricantes de vidro neutro numa só, das de cristalaria numa só. Na chaparia, defende-se o exclusivo dum fábrica de chapéus de lã e a centralização compulsiva em três unidades de 18 fábricas de feltros de pele. Nos condutores eléctricos anuncia-se a centralização das 7 unidades existentes numa só. Nos curtumes, pretende-se centralizar as 400 fábricas e oficinas no máximo de 30. Na louça de alumínio, pretende-se a centralização das 34 unidades existentes em 2 ou 3. Nos laticínios da Madeira decretou-se a concentração numa só fábrica das 17 existentes.

A "reorganização" das indústrias, agora impulsionada, é a politica industrial ao serviço do capital financeiro, é a centralização e concentração forçadas pela acção coerciva do Estado fascista.

Para os pequenos industriais e sectores importantes da média indústria, a "reorganização industrial" é literalmente uma questão de vida ou de morte. Em alguns casos (moagem, laticínios, etc) é o também para importantes sectores da lavoura, aos quais a grande indústria procura reduzir a simples fornecedores de matéria-prima a baixo preço.

Se, por vezes, o capital financeiro e os fascistas dizem clinicamente aos pequenos industriais "tratem de mudar de vida", outras vezes apresentam-lhes a possibilidade de um futuro mais risonho ao abrigo da centralização e da concentração. Procura então mostrar-se aos pequenos capitalistas as vantagens da concentração. Num regime de concorrência (dizem) a pequena indústria está inevitavelmente condenada à derrota e à ruína. Porque não aceitar voluntariamente o seu desaparecimento a troco de uma indenização? ou porque não aceitar a sua modesta mas "sólida" integração numa grande empresa? Porque se não tornam acionistas das grandes companhias? Será verdade que, se as pequenas e médias empresas se fun-

(Continua na pag. 7)

Assinaturas do Portugal Democrático

Países	Preço anual	Exemplar avulso
Via aérea:		
Estados Unidos, Canadá e América Latina	US\$ 5,00	50 centos
Inglaterra	£ 2-0-0	4 sh.
Alemanha	DM 20,00	DM 2,00
Bélgica	FB 270	FB 30
França, Argélia e Marrocos	NF 25	NF 2,50
Holanda	DGld. 20	DGld. 2
Suíça	FS 20	FS 2
África do Sul	R: 4,00	4 sh.
Portugal	Esc: 150\$00	15\$00
Assinatura Especial para qualquer país	US\$ 10,00	
Via Marítima:		
Portugal	Esc: 25\$00	2\$50

Repercussão Mundial da Luta dos Estudantes

LISBOA. (Do Correspondente) — Apesar da violência da repressão contra eles desencadeada pelos estudantes mantiveram-se firmes na defesa das suas legítimas reivindicações, imprimindo proporções nacionais à campanha pela libertação dos seus colegas presos pela PIDE e em alguns casos, julgados e condenados pelos tribunais fascistas.

Não obstante os jornais, cumprindo ordens da censura, terem suprimido todo o noticiário sobre os acontecimentos que envolvem os estudantes, a opinião pública mantém-se bem informada sobre a marcha da situação graças ao extraordinário desenvolvimento assumido pela imprensa estudantil. Não são apenas os jornais e boletins editados pelas associações académicas que levam a todo o País a palavra de revolta da juventude contra o regime policial que contra ela desencadeou a actual vaga de terror; são também as inúmeras publicações mimeografadas que, dia a dia, surgem e partindo das Faculdades, correm de mão em mão.

O Movimento dos Pais

A campanha iniciada pelos pais dos estudantes presos vem, paralelamente, assumindo grande amplitude, sensibilizando todas as camadas da população. A já celebre carta endereçada em 29 de janeiro ao ministro do Interior por 22 pais, cujos filhos haviam sido detidos, foi um dos documentos que maior emoção suscitou, contribuindo para reforçar e ampliar o movimento de solidariedade às vítimas das brutalidades da PIDE.

Após protestarem com veemência contra os processos utilizados pela PIDE, os signatários refutam a ridícula argumentação apresentada pelas autoridades fascistas em defesa das arbitrariedades cometidas e solicitam do ministro do Interior as seguintes providências:

- Sejam seguidas as mais estritas regras legais quanto à detenção dos estudantes, interrogatório dos mesmos, bem como quanto à instrução do processo.
- Para perfeita elucidação das Entidades Superiores e de todos os que se têm interessado pelo caso, se proceda a imediato e rigoroso interrogatório dos presos, na presença de magistrado alheio ao assunto, com todas as garantias de independência que são digno apanágio da Magistratura, com assistência de advogado e a garantia formal que não virão a exercer-se sobre os presos quaisquer represálias por estas diligências que são apenas de responsabilidade — e muito legitimamente como V. Excia reconhecerá por certo — dos seus pais ou familiares;
- Seja concedida aos pais ou familiares dos estudantes presos visitas na presença de Magistrados Judiciais ou funcionários superiores deste Ministério intrinsecamente alheios a P. I. D. E. para se poder averiguar da exatidão ou inexactidão das informações prestadas quanto aos maus tratos já que nas visitas actualmente concedidas é absolutamente proibido falar de tal matéria o inclusivamente de outros assuntos absolutamente isentos de qualquer implicação política ou processual;
- Seja feito imediatamente cessar o isolamento em que parte dos estudantes ilegalmente ainda se encontra, não obstante entidades responsáveis da P. I. D. E. haverem afirmado aos signatários que o regime de isolamento se matinha apenas por falta de alojamento nas cadeias subscritas à P. I. D. E., o que estes pensam não ter pelo menos na fase actual, qualquer justificação, sendo certo que ainda hoje um estudante que não se encontrava isolado passou a estar em tal regime.

Solidariedade Internacional

Acompanhando de perto, os acontecimentos através do noticiário das agências internacionais e pelas informações da imprensa democrática portuguesa publicada no Exterior, a opinião pública mundial colocou-se desde a primeira hora ao lado dos estudantes sendo por assim dizer incontáveis as manifestações de solidariedade que os mesmos vêm recebendo.

França

O movimento atingiu a sua maior amplitude em França, graças à notável campanha de esclarecimento desenvolvida pela União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF) que publicou em Fevereiro um número especial do seu boletim contendo uma minuciosa retrospectiva dos acontecimentos, valorizada com quadros estatísticos esclarecedores sobre a situação de miséria e obscurantismo a que o fascismo salazarista reduziu hoje Portugal.

Em Paris, a União Nacional dos Estudantes franceses mobilizou-se desde o início em defesa dos estudantes portugueses, distribuindo comunicados à imprensa e remetendo telegramas ao "presidente" Américo Tomás e ao ministro da Educação Nacional. Por outro lado, enviou ao ministro do Interior da França uma carta protestando contra medidas discriminatórias que algumas autoridades francesas vêm tomando contra os estudantes portugueses. Esse documento foi também subscrito pelas seguintes organizações: Juventude do Movimento Republicano Popular, Juventude Socialista, Juventude Socialista Unificada, Juventudes Comunistas, Aliança das Equipes Unionistas, União dos Estudantes Judeus da França, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica, Centro de Actividades da Juventude, Confederação Geral do Trabalho (CGT) e União das Grandes Escolas. As mesmas entidades enviaram a Salazar o seguinte telegrama: "Os movimentos da Juventude francesa protestam contra as prisões arbitrarias de líderes estudantis e contra as suas condições de detenção, exigindo a libertação desses estudantes e o reconhecimento efetivo das liberdades sindicais e individuais".

Por sua vez, o Sindicato Nacional do Ensino Superior endereçou a Salazar e ao seu ministro da Educação o seguinte telegrama: "SGEN eleva o seu protesto indignado contra a prisão de estudantes brutalidades policiais e torturas. Pede a libertação imediata dos estudantes presos, a liberdade de expressão e a liberdade sindical".

Em comunicado dado a público, a Federação dos Grupos de Estudos de Letras declarou na mesma altura: "Pelo facto de denunciarem a falta de liberdade em Portugal, cinquenta estudantes estão presos há seis meses, acusados de "actividades subversivas" pela PIDE, a policia politica de Salazar (...). O seu combate pela liberdade e pela democracia é também o nosso combate".

O Comité Francês para a Amnistia, que desenvolveu também intensa e profícua actividade, contribuindo decisivamente para a divulgação das notícias recebidas de Portugal, distribuiu à imprensa um comunicado protestando contra as prisões e exigindo a libertação imediata dos jovens detidos.

Entre as numerosas entidades que enviaram de Paris telegramas de protesto ao governo fascista de Lisboa contam-se ainda a Confederação Francesa Democrática do Trabalho, as Juventudes Socialistas e o Movimento das Juventudes Comunistas.

Democratas portugueses residentes em França telegrafaram nestes termos ao ministro da Educação de Salazar: "Portugueses residentes em França, profundamente alarmados e indignados com a repressão violenta e com as torturas inhumanas exercidas sobre os estudantes que lutam pela autonomia das suas associações, pondo em perigo a vida de jovens como Gina de Azevedo, Baeta Neves e outros, protestam contra a violação mais elementar dos direitos humanos e exigem a imediata libertação de todos os estudantes presos e o respeito das liberdades académicas".

Em Toulouse foi dado a público um documento subscrito pelas seguintes entidades: Associação Geral dos Estudantes de Toulouse, Associação Geral dos Estudantes de Guadalupe, Associação dos Estudantes de Origem Malgache, Associação Geral dos Estudantes da Martinica, Federação dos Estudantes da África Negra em França, Federação Universitária Democrática Espanhola, Estudantes PSU Grupo de Estudantes Vietnamitas, União dos Estudantes Comunistas, União dos Estudantes Marroquinos, União dos Estudantes da Guiana, União Geral dos Estudantes Tunisinos, União Nacional dos Estudantes Argelinos. E' desse documento a pas-

sagem que a seguir transcrevemos: "A luta dos estudantes portugueses contra o fascismo salazarista ultrapassa largamente pelas suas repercussões o quadro de uma luta sindical. Ela põe em causa a própria existência do regime de Salazar, baseado na violência policial e comprometido numa guerra colonial; ela não é senão um dos aspectos da luta crescente do povo português pela liberdade e pela democracia..."

Por outro lado, a Associação dos Estudantes de Toulouse enviou um telegrama ao ministro do Interior de Salazar, protestando contra as prisões e outro à Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, hipotecando-lhe integral solidariedade.

Em Lyon, os estudantes universitários realizaram uma concentração diante do Consulado de Portugal exigindo a libertação dos seus colegas portugueses presos.

Protesto de Intelectuais

Uma das manifestações de solidariedade mais significativas foi a que partiu dos meios intelectuais. Cerca de 200 personalidades das mais representativas da França enviaram ao governo fascista de Lisboa o seguinte telegrama: "Nós, abaixo assinados, Professores, Escritores, Artistas, Cineastas, tomando conhecimento de notícias alarmantes sobre a situação dos estudantes que em Portugal lutam por uma Universidade livre, pela reforma do ensino e pela autonomia das suas associações, protestamos contra torturas e contra as prisões de estudantes". Entre os signatários figuram nomes como Jean Paul Sartre, François Mauriac, René Char, Etienne Borne, Guollevic, Edgar Morin, Roger Bastide, V. Jankelevitch, Laurent Schwartz, François le Bras, Pierre Halbwachs, Simone Signoret, Gabriel Marcel, Jean Louis Bory, Maurice Chatard, René Lacote, Jacques Nantet, Christiane Rochefort, Ernest Labrousse, Raymond Las Vergnas, Emile Terzen, Jacques Proust, Yves Montant, Georges Besson, Jean Cassou, Charles Dobzynski, Jacques Madaule, Vladimir Pozner, Georges Gurvitch, Henri Laugier, J. Chatagner, Charles Prou, Pierre Vilar, Emmanuel Riva, Jean Villar, Aragon, Elza Triolet, Simone de Beauvoir, Alain Renais.

Em Grenoble, a Associação Geral dos Estudantes colocou uma das suas salas à disposição de um delegado da União dos Estudantes Portugueses da França para que o mesmo fizesse uma exposição sobre os acontecimentos que atingem os universitários de Portugal.

Grécia

A Associação das famílias dos Presos Políticos Gregos enviou a Salazar o seguinte telegrama: "Protestamos vivamente contra prisões e sevícias estudantis. Pedimos libertação e amnistia geral". A mesma associação dirigiu ao embaixador de Salazar em Atenas uma carta de que reproduzimos as seguintes passagens: "A última vaga de prisões de estudantes em Portugal, o tratamento desumano que sofrem e provocou uma tentativa de suicídio do estudante de Direito Baeta Neves, as importantes manifestações que ocorreram em Lisboa e o exito total da greve dos estudantes para exigir a libertação dos seus colegas presos e de todos os presos políticos, emocionaram vivamente as famílias dos presos políticos gregos.

Dirigimo-nos a si, sr. embaixador, na sua qualidade de representante do Estado Português, para lhe pedir que transmita ao seu governo o nosso veemente protesto contra as prisões e as torturas contínuas e o nosso apelo, em nome do povo grego, para a libertação..."

União Soviética

O Conselho dos Estudantes Soviéticos endereçou aos estudantes portugueses o seguinte telegrama: "Os estudantes soviéticos profunda-

mente indignados, acabam de tomar conhecimento de que os estudantes progressistas de Portugal são vítimas de perseguições violentas da parte do governo de Salazar. Em nome dos estudantes soviéticos, manifestamos a nossa profunda solidariedade à luta heroica da juventude estudantil de Portugal. Ao vosso lado protestamos com veemência contra o massacre praticado por Salazar e que vos atingiu. Exigimos a libertação imediata dos estudantes presos.

Suíça

Na Suíça as associações estudantis manifestaram a sua irrestrita solidariedade ao movimento dos estudantes portugueses, protestando contra as violências policiais divulgadas pela imprensa.

O boletim "Amnistia em Portugal" publicou ampla informação sobre o assunto, contribuindo para o esclarecimento da opinião pública suíça.

Checoslováquia

O Conselho de Estudantes da União Checoslovaca da Juventude enviou ao ministro da Educação de Salazar o seguinte telegrama:

"Em nome de todos os estudantes da Checoslováquia, protestamos contra a repressão policial que se abate sobre os estudantes portugueses e que provocou a prisão de 30 estudantes nos últimos dias, bem como assaltos à Universidade e ao seu cine-clube. Exigimos a cessação das medidas de terror policial contra os estudantes progressistas, a libertação de todos os estudantes presos, a rápida autonomia da Universidade e os direitos e liberdades democráticas para o povo e os estudantes portugueses".

Holanda

Foi também muito considerável a repercussão na Holanda, tendo a imprensa dado largo relevo ao noticiário sobre a repressão policial que se abateu sobre os estudantes de Lisboa. O Conselho Nacional dos Estudantes Holandeses encarregou o seu secretário de acompanhar atentamente a marcha da situação criada e de exprimir aos estudantes portugueses a integral solidariedade dos seus colegas dos Países Baixos.

Polónia

A União Nacional dos Estudantes Poloneses tornou também pública a sua solidariedade aos estudantes portugueses. Um delegado da União dos Estudantes Portugueses da França foi convidado a participar da Conferência Europeia dos Estudantes, realizada em Varsóvia no mês de fevereiro, e fez perante o plenário uma minuciosa exposição dos acontecimentos que enlutam a Universidade em Portugal.

Moçambique

A União Nacional dos Estudantes de Moçambique manifestou-se igualmente solidária desde a primeira hora com a luta dos estudantes portugueses, tendo afirmado a sua posição em vários protestos contra as violências praticadas pela PIDE.

Hungria

O Comité Nacional das Organizações de Estudantes Húngaros enviou um telegrama de protesto ao governo fascista de Lisboa, exigindo a imediata libertação dos estudantes presos.

União Internacional dos Estudantes

A União Internacional dos Estudantes (UIE) logo que tomou conhecimento da vaga de terror policial desencadeada contra os universitários portugueses iniciou uma campanha de esclarecimento mundial em torno do assunto, dando a máxima divulgação à luta dos estudantes portugueses. Além de ter enviado vários telegramas de protesto às autoridades fascistas de Lisboa, a UIE decidiu promover no dia 24 de março uma "Jornada Internacional de Solidariedade aos Estudantes Portugueses".

Comentários da imprensa

Contrastando com o silêncio dos jornais de Lisboa e Porto, a imprensa internacional vem dando o maior relevo nas suas colunas ao noticiário sobre as perseguições e violências que atingem os estudantes portugueses. Na impossibilidade de reproduzirmos ou sequer citar as centenas de matérias sobre o assunto vindas a lume em jornais de todo o mundo fazemos abaixo um breve apanhado do que a respeito dos acontecimentos publicaram alguns dos principais órgãos da imprensa francesa e britânica.

«Le Monde»

Sob o título "VIOLENTOS CHOQUES DIANTE DO INSTITUTO SUPERIOR TECNICO" o jornal "Le Monde" informa que a greve de 48 horas decretada pelas associações académicas foi observada em 80% em todas as faculdades, tendo esta percentagem sido ultrapassada nas faculdades de Medicina e de Ciências. O mesmo artigo descreve os choques dos estudantes com a policia, a distribuição de panfletos exigindo a demissão do reitor da universidade, os desfiles e a concentração em frente do Aljube e os gritos de "Liberdade para os estudantes", "Liberdade para os presos políticos" e "Abaixo a Pide", apesar das violências da policia que deixou feridos vários manifestantes e prendeu muitos outros.

Num editorial do mesmo jornal, de 30 de janeiro, afirma-se em grandes letras: EM PORTUGAL A RUPTURA E' TOTAL ENTRE O GOVERNO E A UNIVERSIDADE. Salienta-se a afirmação contida no boletim da Associação dos Estudantes de Direito, que acusa as autoridades de "agitar o espantinho da subversão para intimidar os estudantes". E acrescenta-se: "As Associações de estudantes distribuíram um novo panfleto rejeitando o "pseudo-argumento de infiltração comunista" e acusando as autoridades "de querer dar um carácter político às suas reivindicações. O mesmo artigo termina informando que os pais dos estudantes presos recorreram ao Ministério da Educação e mesmo ao chefe do Estado para protestar contra os maus tratos infligidos aos seus filhos. O Ministério do Interior respondeu com a ameaça de serem tomadas contra eles medidas judiciais.

Em 10 de fevereiro, é ainda no "Le Monde" que podemos ler: EM PORTUGAL, VARIAS PERSONALIDADES RECLAMAM A DEMISSÃO DO GOVERNO DE SALAZAR.

Referindo-se à carta enviada ao Almirante Américo Tomás por diversas personalidades portuguesas, entre as quais dois antigos ministros, médicos, advogados e jornalistas conhecidos, pedindo a demissão do governo de Salazar, "Le Monde" transcreve algumas passagens desta carta que segundo este jornal, põe em risco de prisão os seus autores.

Comentando a carta, "Le Monde" considera que ela "ilustra a inquietação e a cólera crescentes de uma grande parte da burguesia portuguesa após as prisões de estudantes acusados pelo PIDE de serem "agentes comunistas". Só uma censura rigorosa tem permitido até agora as autoridades fazerem silêncio sobre as prisões e os maus tratos, mas dois advogados de Paris trouxeram o seu testemunho: vários estudantes foram interrogados durante sessenta horas consecutivas, mantidos sempre de pé, e três deles, entre os quais uma jovem de 19 anos, foram internados com depressões nervosas. Todos os réus estão sujeitos a serem condenados com penas de 3 anos de prisão por "actividades subversivas" com aplicação das "medidas de segurança". Esta prescrição permite ao tribunal de decidir automaticamente da prolongação da pena sem qualquer outra justificação.

«L'Humanité»

"O jornal "L'Humanité" nuna informação de 22 de dezembro intitulada: ELES PEDEM A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO; 48 ESTUDANTES ESTAO PRESOS EM LISBOA, que transcrevemos, diz: "A ofensiva da ditadura de Salazar contra as organizações de

(Conclui na 5.ª página)

Repercussão Mundial da Luta dos Estudantes Da Luta Reivindicativa à Luta Política

FERNANDO PITEIRA SANTOS

estudantes prossegue: desde o dia 16 de setembro último, 48 prisões foram efectuadas na Universidade de Lisboa.

Esta vaga de repressão visa a desmantelar as associações que de múltiplas formas, lutam pela liberdade sindical.

Torturas, proibição de receber visitas ou correspondência, todos os estudantes são vítimas dos processos habituais da policia politica (PIDE). Por outro lado, esta recorreu à organização fascista "Jovem Português", utilizada como meio de provocação: as sedes das associações e o cine-clube universitário foram assim atacados a fim de dar à PIDE um pretexto para prender os jovens democratas.

Um êxito deve no entanto assinalar-se no activo dos estudantes: Saldanha Sanches estudante de direito, foi posto em liberdade após uma enérgica manifestação em frente do tribunal de Lisboa. Estava preso há cinco meses e a PIDE exigia 8 anos de prisão com aplicação das "medidas de segurança".

Nos dias 31 de janeiro e 1 de fevereiro, o mesmo jornal refere-se às violências praticadas pela Pide durante os interrogatórios em artigos sob os títulos: PRESO PELA POLICIA PORTUGUESA UM ESTUDANTE ENLOUQUECE APÓS UM INTERROGATORIO DE 60 HORAS E 60 HORAS DE INTERROGATORIO; UM ESTUDANTE PORTUGUES DEVE SER HOSPITALIZADO COM URGENCIA. Numa destas informações pode ler-se a seguinte passagem: "Num manifesto distribuído pelos meios universitários e pelo público, os estudantes pedem a constituição duma comissão de inquerito acerca das condições dos estudantes presos. Este manifesto é um verdadeiro libelo contra os maus tratos da policia politica.

GRÉVES E MANIFESTAÇÕES NA UNIVERSIDADE DE LISBOA: OS ESTUDANTES RECUSAM-SE A SER COLOCADOS SOB A ALÇADA DA POLICIA POLITICA. Com este título: "L'Humanité" dedica um artigo pormenorizado à luta dos estudantes. Transcrevemos algumas passagens:

"Em 1964, os estudantes progressistas alcançaram uma vitória retumbante nas eleições para a renovação dos membros das associações de estudantes. Este sucesso é tanto mais meritório quanto em 1962 o movimento reivindicatório tinha sido praticamente desmantelado, por uma legislação tendente a anular toda a acção eficaz das associações. E mais adiante: "Os estudantes mantêm-se firmes nas suas reivindicações: direito de livre associação, liberdade de pensamento e de expressão, possibilidade de se organizarem numa base de auto-gestão à escala nacional isto é, criação duma União Nacional dos Estudantes Portugueses..." "E o regime fascista que está em causa e é posto em causa duma maneira notável por uma universidade onde no entanto só ascendem os filhos das classes privilegiadas.

Em 12 de fevereiro, o mesmo jornal L'Humanité refere-se ao inquerito feito por dois advogados franceses em Lisboa: Me Solange Bouvier-Ajam, delegada da Associação Internacional dos Juristas Democratas, e Me. Nicolas Jacob, delegada da Amnistia Internacional que em 3 de fevereiro de 1965 se deslocaram a Portugal para fazer um inquerito sobre a situação dos estudantes portugueses e particularmente dos estudantes presos. Os advogados contactaram com alguns estudantes e familiares de estudantes presos não tendo, apesar dos seus esforços, conseguido serem recebidos pelo Ministro da Justiça. Eis algumas informações dos advogados: "Os estudantes foram presos pela PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado) sem que qualquer mandato de prisão tenha sido apresentado às suas famílias; foram todos interrogados durante o período de tempo compreendido entre 20 e mais de 60 horas sem interrupção e com privação de sono; foram encerrados em masmorras de dois metros quadrados por períodos indeterminados, privados de contacto com as famílias e os seus defensores.

"Entre os estudantes de todos os cursos, presos entre o dia 20 de maio de 1964 e 21 de janeiro de 1965, 57 estão actualmente mantidos na prisão. Dois deles, Gina Azevedo e Maximino Vaz da Cunha tiveram de ser transportados a um hospital psiquiátrico onde se encontram em estado grave em razão dos maus tratamentos sofridos; um outro, Baeta Neves, tentou suicidar-se e teve de ser operado".

Tendo salientado que entre os presos figura um jovem liceal de



PAULO: QUEREMOS-TE VER PELAS COSTAS!

O cliché que reproduzimos acima foi publicado no jornal "AMANHA", órgão das Juntas Patrióticas da Juventude com a seguinte expressiva legenda: Paulo, queremos te ver pelas costas!

15 anos, os dois advogados "lançam um apelo a todas as pessoas que respeitam as liberdades individuais e públicas para que intervenham com toda a urgência junto das autoridades portuguesas".

«The Times»

O jornal "The Times", de Londres, referindo-se a 10 de dezembro aos maus tratos infligidos pela policia a Georgina de Azevedo, transcreve o seguinte paragrafo da carta que seu pai, jornalista de Lisboa, dirigiu ao ministro do Interior: "Quando vi a minha filha através dum duplo gradeamento de metal, dificilmente pude reconhecê-la. Tinha um aspecto absolutamente cadaverico e não podia coordenar as palavras... Não podia mantêr-se de pé nem andar sem se apoiar às paredes".

No dia 28 de janeiro o mesmo jornal londrino referindo-se à prisão de 60 estudantes e à petição enviada ao ministro Galvão Teles, pelos pais dos estudantes presos, que negam que os seus filhos sejam membros do Partido Comunista, transcreve a seguinte passagem da petição: "Nós não queremos que os nossos filhos regressem a casa com a saúde arruinada ou inutilizados. Nós criamo-los e educamo-los para serem úteis a Portugal. Criamo-los saudáveis e queremos que eles regressem saudáveis".

Menciona as violências exercidas pela Pide sobre os estudantes Baeta Neves e Georgina de Azevedo; destaca a manifestação de 500 estudantes em frente do Instituto Superior Técnico, a greve de protesto e os choques com a policia quando os estudantes se dirigiram ao Aljube para "dar apoio moral" aos seus colegas presos.

Refere-se ao telegrama enviado pelo advogado Dr. Heliodoro Caldeira ao ministro da Educação Nacional declarando que o filho fora mal tratado durante o interrogatorio e às declarações da mãe do estudante Adolfo Steiger, segundo as quais seu filho fora privado de sono e submetido a longos interrogatorios sem interrupção.

Termina salientando que a imprensa portuguesa não mencionara quaisquer destes disturbios.

«The Guardian»

Do jornal "The Guardian", de Manchester de 23 de janeiro, num artigo em que aborda o aumento da repressão policial em Portugal e o número crescente de julgamentos, transcrevemos algumas passagens:

"Desde 1961 — quando as operações militares portuguesas começaram em Africa e em virtude do agravamento da situação colonial e de medidas autoritárias — as actividades politicas secretas têm sido consideravelmente aceleradas. Entre janeiro e julho passados, 126 portugueses, homens e mulheres, foram julgados em Lisboa e no Porto por "subversão". Desde a reabertura dos tribunais em outubro uma média de duas pessoas por dia têm sido

processadas. Em 22 de dezembro, julgamento em massa: 28 pessoas foram julgadas no Porto".

Referindo-se às prisões dos estudantes, menciona os protestos do jornalista Manuel de Azevedo junto do ministro do Interior acerca da prisão da sua filha, estudante que depois de 12 dias de prisão, tinha um aspecto "cadaverico" e dificuldade em falar e manter-se de pé.

Relativamente ao caso do estudante José Saldanha Sanches, o mesmo artigo do "The Guardian" informa: "Este estudante foi condenado no mês passado a 5 meses de prisão. Ele tinha sido alvejado a tiro pela policia, numa rua de Lisboa, em abril, a pretexto de que distribuia propaganda subversiva. Durante o seu julgamento em Lisboa, a policia armada disposta em cordão nas ruas adjacentes cercava o tribunal. Grupos de jovens concentraram-se no mesmo local, aos gritos de "Liberdade", dos quais muitos foram presos.

E o mesmo artigo termina nestes termos: "Muitas sentenças ultrapasando dois anos estão sujeitas às medidas de segurança e podem ser prolongadas por períodos sucessivos de três anos se a policia considera que o preso ainda é susceptível de prosseguir. Isto resultaria numa virtual prisão perpétua. Entre os acusados de actividades politicas, um em cada três é intelectual os restantes sendo operários ou trabalhadores rurais. Os trabalhadores corticeiros, recebem salários miseráveis, encontram-se em grande número entre os acusados, por terem demonstrado o seu descontentamento.

As Manifestações dos Estudantes e os Problemas do Ensino - II

VICTOR RAMOS

Procurámos no artigo anterior pela apresentação de alguns dados sobre a situação do ensino em Portugal, mostrar o significado das recentes manifestações de estudantes em Lisboa. Elas representam não apenas o exercício normal do direito de cidadania dos jovens portugueses, mas também um protesto contra a politica de extermínio cultural levada a cabo pelo salazarismo. Os números que apresentamos nesse primeiro artigo de caracter geral referiam-se indistintamente a todos os graus de ensino. Hoje, mais sistematicamente veremos apenas a situação do ensino secundário. Digamos, logo de início, que o salazarismo herdou, neste campo, uma estrutura que, deixando a desejar no plano quantitativo, era contudo satisfatória no que se refere à qualidade. O ensino secundário português era tradicionalmente sólido e alguns dos maiores nomes da nossa cultura foram professores de liceu. Este esquema manteve-se ainda de pé nos primeiros anos de fascismo: muitos dos exilados intelectuais, que hoje ocupam cadeiras em Faculdades estrangeiras, deram a sua melhor colaboração, até por volta de 1945, ao ensino secundário do nosso país. A vaga de obscurantismo que, logo no início do Estado Novo, atingiu a Universidade, começando com o fechamento da Faculdade de Letras do Porto, deixou de lado o ensino médio, permitindo-lhe conservar o nível europeu que apesar de todas as dificuldades, a Republica conseguira dar-lhe.

O primeiro golpe oficial, em grande estilo, contra este grau de ensino, foi a promulgação do chamado Estatuto do Ensino Liceal em 1947. Impondo a sua marca de retrocesso, o Estado Novo, ao organizar os liceus à sua maneira, começa por suprimir o mais importante centro de preparação pedagógica do país, o do Liceu Pedro Nunes, deixando ficar em funcionamento apenas um Liceu Normal, o de D. João III, de Coimbra. De um dia para o outro, portanto, toda a preparação de professores secundários ficou concentrada apenas num liceu. E quem poderia, então, depois de estudar cinco anos em Faculdades de Lisboa ou do Porto, ir viver mais dois anos em Coimbra, para seguir o estagio? A situação era tão absurda que o mesmo governo que decretara a extinção foi forçado em 1956 a reabrir o centro de preparação de Lisboa no local onde a Republica o instalara, e no ano seguinte a criar um Liceu Normal no Porto, por pressão da população do norte do país. Entretanto, a reabertura de um estagio e o início dos trabalhos de outro não são medidas que

Para justificar os 12 dias e 12 noites de interrogatorio de Maria Georgina de Azevedo, as lesões internas de Crisostomo Teixeira, a tentativa de suicidio de Fernando Baeta Neves, as perturbações mentais de Vaz Guedes, as incomunicabilidades para além dos prazos legais, os espancamentos, as sessões de tortura, o Ministro do Interior, em "nota officiosa" que mandou distribuir aos jornais, falou da existencia de um "complot comunista" na Universidade de Lisboa. Não se sabe o que é mais repugnante: se a falta de imaginação dos fascistas, se a ideia, subjacente às afirmações oficiais, de que é legítimo, legalmente possível, moralmente defensável, torturar até ao aniquilamento físico e até à alienação mental uma rapariga de 20 anos porque ela é "comunista" ou, simplesmente, porque os sicários da Pide a acusam de ser "comunista". E só os fascistas podem compreender, que aos pais e aos colegas, que exigem um inquerito imparcial à acção criminosa dos torturadores da Pide, se responda com a ameaça clara ou velada de represálias legais e policiaes.

Esta acusação de comunista é duplamente impropriedade, por um lado para a Pide somos todos "comunistas" e por outro lado todos sabemos que existem na Universidade estudantes comunistas e que existem estudantes socialistas de várias tendências, democratas de várias tendências, cristãos democratas,

cristãos socialistas, monarquicos anti-fascistas sem definição ideologica precisa. Todos são jovens portugueses. Todos merecem ser respeitados na sua personalidade moral e intelectual.

A uma juventude que procura o caminho para a sua Universidade e para o seu Povo, é criminoso e inútil responder com a repressão policial, os espancamentos, as rajadas de pistola-metralhadora, os gases lacrimogéneos.

A actividade politica dos estudantes tem sido sempre a consequencia da orientação reaccionaria, obscurantista e autoritaria dos governantes fascistas. Reprimem estupidamente a actividade associativa e cultural, reprimem as próprias reivindicações pedagogicas dos estudantes; não reconhecem os dirigentes da sua livre escolha. São eles os fascistas que obrigam a juventude a deduzir, pela sua experiencia quotidiana da vida universitaria, que uma incompatibilidade radical existe entre uma juventude livre e um governo reaccionario, anti-nacional. São eles, os fascistas, que impõem, pela actuação repressiva, um significado politico e inludível ao antagonismo entre a juventude e o regime.

E esta conclusão não é uma descoberta da juventude universitaria. Os operários já compreenderam que a reivindicação dos seus direitos sindicais implica a luta politica. Os camponeses já compreenderam que as reivindicações de oito horas de trabalho ou de melhor jorna, passam pela luta frontal contra o regime dos reaccionarios, dos senhores da terra, dos senhores dos gremios, dos monopolistas. Os pequenos proprietarios já compreenderam que as reclamações contra as taxas corporativas e o agravamento dos impostos, conduzem à luta contra toda a organica corporativa. Os intelectuais, os artistas, os jornalistas já compreenderam que a luta contra a censura e pela liberdade artistica, leva à luta contra o governo reaccionario, fascista, inimigo da livre criação e da verdade, que no poder não se pode manter sem o silencio, a mentira e o lapis azul da censura. Tal como se não pode manter sem a exploração do povo, a opressão das classes médias, a ignorância, o obscurantismo e o terror policial.

Porque é um governo anti-nacional, o governo fascista de Salazar está em conflito aberto com as forças nacionais, com o Povo, com a Juventude. Nascido de um "complot" confuso e reaccionario contra a Democracia, o governo fascista de Salazar é, no poder, um "complot" permanente contra a segurança internacional e contra a Paz.

Salazar participou no "complot" fascista contra o governo legitimo da Republica Espanhola. Salazar participou no "complot" fascista contra a antiga Sociedade das Nações. Salazar participou no "complot" fascista de Hitler e Mussolini contra a Europa democratica e a Paz mundial. Salazar participou no "complot" internacional que tem pretendido com "guerra fria" e "guerra quente", lançar novamente os povos na fogueira de uma conflagração mundial. Salazar participa no "complot" fascista e colonialista de Smith, Verwoerd e Tschombé, contra a independência dos povos e a paz em Africa.

Este governo anti-popular e anti-nacional é, no poder, um "complot" permanente contra o Povo e a Pátria. O poder absoluto é de si mesmo corruptor. A razão-de-estado justifica a perseguição, a tortura e o assassinato; justifica a ilegalidade do poder. A propria legislação fascista é desrespeitada, como sucede, nas consultas eleitorais. O governo de Salazar não reconhece na sua actuação limites legais ou morais. É um governo tirânico. E a tirania conduz ao crime.

A actual violência do poder é a directa consequencia do seu isolamento nacional, da sua impopularidade, do abismo entre o poder e a Juventude. Reflecte fraqueza e desespero. A violência é a unica politica que resta ao fascismo.

Aos estudantes, a toda a juventude, aos patriotas, ao Povo, também só resta um caminho: as reivindicações elementares e legitimas conduzem à luta frontal contra o regime fascista.

O problema nacional apresenta-se hoje com extraordinaria clareza: organizar, e VENCER a batalha politica contra o regime fascista e colonialista de Salazar.

(Continua na Pág. 7)

Pela amnistia e contra a repressão

LIBERDADE PARA AIDA PAULA, MANUEL GUEDES E VITORIANO

Em março prosseguiu, ganhando uma ressonância maior, no Interior e no Exterior, a campanha tendente a obter a libertação imediata de três presos políticos que cumpriram há muito as penas em que foram condenados: Manuel Guedes, Aida Paula e José Vitoriano. Centenas de cartas, abaixo-assinadas, apêlo e telegramas têm sido enviadas ao "presidente" Tomás e aos ministros do Interior e da Justiça, exigindo a restituição à liberdade dos três patriotas. A maioria dessas mensagens é assinada por entidades sindicais, estudantis e culturais da França, da Inglaterra, do Brasil e dos países socialistas. A Federação Sindical Mundial por intermédio do seu secretário Roberto Hernio, lançou a todos os seus filiados um apelo especial a favor de José Vitoriano. Por outro lado, agrêmiações e movimentos femininos de todo o mundo mobilizaram-se em prol da libertação de Aida Paula. Quanto à campanha desencadeada para arrancar Manuel Guedes das garras da PIDE, alcança neste momento extraordinária amplitude em dezenas de países, sendo inúmeros os jornais que denunciam a atitude criminosa do governo português, insistindo em conservar presos um homem que terminou de cumprir a pena há 9 anos.

Pedimos a todos os nossos leitores que se associem a essas iniciativas.

A SITUAÇÃO EM CAXIAS

A situação dos presos em Caxias piorou bastante ultimamente, embora o regime ali esteja longe de atingir os requintes de crueldade que tornam Peniche um caso à parte entre os presídios fascistas. Entretanto, no setor das mulheres, por exemplo, a falta de assistência médica é ostensiva, com grave prejuízo da saúde das presas, já de si afectada pelas miseráveis instalações, saturadas da humidade. Fernanda Tomás, especialmente, vem-se ressentindo muito da falta de cuidados médicos, inspirando a sua saúde serios cuidados.

CAMPANHA NO NORTE

Um grupo de mulheres democratas e anti-fascistas do Norte do País vem efetuando reuniões em favor da Amnistia e da solidariedade a prestar às famílias dos presos. Da última reunião participaram numerosas operárias, estudantes e intelectuais que discutiram algumas iniciativas que se propõem levar a efeito.

JOSE' DRAGO

A família de José Guerreiro Drago continua sem notícias acerca da sua actual situação. Cabe recordar que esse patriota foi detido pela PIDE a 6 de junho do ano passado e internado posteriormente numa clínica de Coimbra por se encontrar gravemente doente. Hoje, decorridos quase dez meses, a PIDE recusa-se a prestar informações sobre o seu paradeiro e estado de saúde. Sabe-se, contudo, que no Tribunal de Aveiro já deu entrada um processo movido àquele democrata. A PIDE acusa-o de ter ferido agentes seus quando estes o prenderam, incapacitando-os para o "trabalho" por períodos de 10 a 15 dias! Efetivamente, a polícia não esconde que José Drago se bateu com rara coragem contra os energúmenos que o detiveram.

REPRESSÃO NA CUF

Recentemente a PIDE prendeu quatro subdelegados na oficina de reparação da CUF, no Barreiro. O pessoal pensa que foi um agente provocador ao serviço da polícia, de nome Inácio, quem denunciou os quatro. Esse traidor, que trabalha naquela secção, é visto com frequência em conciliabulos com elementos suspeitos à porta da empresa. Os subdelegados, após haverem sido presos, foram levados a suas respectivas residências, onde a PIDE passou minuciosa busca. Como nada foi encontrado, a polícia libertou-os e decidiram então apresentar um protesto conjunto à administração da empresa. Os operários, por sua vez,

dirigiram um abaixo-assinado à administração exigindo o despedimento do provocador Inácio.

DECLARAÇÃO DA FMJD

A Federação Mundial da Juventude Democrática, em declaração comemorativa da passagem do 4.º aniversário do levantamento dos patriotas angolanos do MPLA (assalto as

prisões e quartéis de Luanda), condenou energicamente a guerra de genocídio levada a cabo pelo fascismo colonialista português e bem assim a repressão, o trabalho forçado e a discriminação racial que alcançam em Angola proporções inquietantes. A acção da PIDE "torturando e escravizando milhares de patriotas" é denunciada com particular veemência.

CARTA APELO DOS PRESOS DE PENICHE

Entre os presídios fascistas, Peniche continua a ocupar um lugar à parte pela deshumanidade do tratamento a que são submetidos os patriotas ali encarcerados. Apesar do clamor mundial suscitado pela revolta dos presos verificada há cerca de um ano e que teve como consequência a transferência para Caxias de doze deles, tanto o diretor da fortaleza, Manuel da Encarnação Falcão, como o chefe dos guardas, V. Ramos, não renunciaram aos seus métodos gestapianos, mantendo no presídio um clima de terror permanente, no que são auxiliados por uma equipe de guardas constituída de verdadeiros criminosos. O impressionante documento que a seguir publicamos, endereçado a todos os democratas portugueses pelos patriotas de Peniche, vem confirmar e ampliar tudo o que se sabia sobre o regime inhumano e a mentalidade medieval que impera na sinistra cadeia. Publicamo-lo na íntegra, na certeza de que o apelo comovedor desse punhado de heróis, ao atravessar as paredes da fortaleza fascista contribuirá para avolumar o movimento de solidariedade àqueles que sofrem hoje as consequências da coragem com que sempre se bateram e continuam batendo pela liberdade do povo português.

"Saudamo-vos calorosamente pelo denodo e carinho com que apoiastes a nossa luta pela melhoria e normalização do regime prisional e estamos certos que a conjugação dos nossos esforços comuns acabará por conduzir a esse objetivo.

Com efeito, mais do que nunca é necessário o apoio das forças democráticas portuguesas, do movimento operário internacional e das nossas famílias. Mais do que nunca se vive hoje nesta cadeia uma situação sufocante, um clima repressivo que roça pelo delírio, entregues a um megalómano da "disciplina" — que aplica com dureza e crueldade — o director, cap. Manuel Falcão, e um carrasco que nos vota um ódio mortal, frio, e que manobra o director como um boneco de palha, o chefe dos guardas, V. Ramos. A louca senda das provocações, dos castigos, das ilegalidades mais grosseiras continua a ser o pão de cada dia dos presos políticos de Peniche. É uma realidade que é preciso considerar em toda a sua importância e consequências no desmascaramento e nas acções de solidariedade do exterior. Damo-vos hoje elementos mais detalhados dos acontecimentos. Antes dos espancamentos anteriores há a juntar o de Carlos Brito. Foram, pois, agredidos Dias Lourenço, Lindolfo, José Carlos, Velez, Carreira, Adelino Pereira, Rolim e ainda Vilaça, Casquinha e Rager, além de Brito. A brutalidade e ilegalidade destes espancamentos foram manifestas. Todos os agredidos ficaram com extensas equimoses. Adelino andava a fazer um tratamento anti-tuberculoso recomendado pelo dispensário local; Rolim sofre duma deficiência na coluna vertebral. No pavilhão B, os guardas agressores foram: Rosa, que se destacou, Poupá, Lopes, Duarte e Gil. A cassetete e cinturão bateram desalmadamente. Lourenço, o primeiro a ser agredido, foi-o a cassetete, simultaneamente pelos 4 primeiros. Brito, metido no 3.º piso do pavilhão C, foi agredido pelo guarda Asdrúbal, de Valada do Ribatejo. No pavilhão A (salas) ainda antes do início da gritaria, grupos de 10 e 11 guardas invadiram os corredores e, quando os gritos se iniciaram, o chefe dos guardas com um grupo de 10, com os cinturões, irrompeu pela sala 1, onde estava Manuel Guedes. Não chegaram a agredir, mas o chefe dos guardas pôs as mãos nos ombros de Guedes e, de forma ameaçadora, responsabilizou-o pelo que pudesse acontecer. Já antes a onda de castigos havia começado. Quando do envio de cartas para as famílias denunciando a situação aqui existente (25 a 30/VI) foram metidos no segredo Américo de Sousa e Centeio, de Alpiarça. Este, aliás, pelo facto de mandar dizer à família que o director o havia ameaçado de o obrigar a "mijar sangue"

(Centeio tinha urinado sangue no Porto, e depois cá), tendo sido desde então alvo do ódio pessoal do director, foi metido no segredo e castigado agora com mais 30 dias de isolamento. A seguir a 29 fomos todos castigados com 30 dias de isolamento e, depois dos espancamentos, com mais 15 sem recreio nem convívio. Neste período inauguravam os encerramentos na copa do refeitório, dependência de pedra e azulejo, sem qualquer abafio, enxerga ou banco, e durante uma noite. Foram castigados desta forma Lourenço, Carreira, J. Alves e Cruz, de Almada e Daniel Leão, de Lisboa, este de muito débil saúde, arrancado ao sono e à cama acusado de um acto que não cometeu por estar a dormir. Ao mesmo tempo, continuaram as ameaças, as provocações, as restrições de toda a ordem. O Rosa voltou a ameaçar de agressão Carreira, Lindolfo e Lourenço, a este dizendo mesmo que o faria "como quem bebe um copo de água". Os presos foram praticamente impedidos de consertar roupa, de servir-se de tesoura e cortananas na cela, foram imitados a 3 o número de livros a receber de fora (excepto os "escolares"), foram suprimidos os banhos nas banheiras, etc.. Os guardas Lopes e Duarte tem procurado criar novos conflitos que so não se verificaram pelo facto de os presos se esgorrem por ter calma. O regime de "observação" — forma de manter isolados os presos que para cá vem — voltou a agravar-se. A Jorge Araújo, que para aqui veio no princípio deste mês impediu-se mesmo a ida ao refeitório. Os presos foram totalmente impedidos de escrever aos seus advogados acerca da sua situação prisional e até, como Lourenço, a consulta-los sobre a legalidade de certas restrições que lhes são aplicadas. Ao mesmo tempo, os carcereiros esforçam-se por apagar por todos os meios, o conhecimento exterior dos acontecimentos que aqui se deram. Sistemáticamente, o director tem-se recusado a receber os presos, mesmo para questões correntes, tentando evitar mesmo que eles façam por escrito qualquer referencia ao que se passou. Na D.G.S.P. negam as nossas famílias que tomamos agredidos e o esforço por impedir documentos escritos tem em vista não reconhecer questões que amanhã possam vir a lume no caso de um inquerito. Apesar disso, sabemos que Dias Lourenço enviou este mês, com vistas ao director, uma carta onde referia todos os castigos e arbitrariedades e que não lhe foi devolvida como é hábito.

Presentemente, com o recrudescimento das provocações, não é de descartar sermos colocados perante uma situação que nos obrigue a entrarmos em novas lutas sem prévia preparação. Desejamos por isso alertar-vos para essa possibilidade, a fim de mais uma vez de-

nunciardes esta infernal situação e levardes a cabo acções de solidariedade imprescindíveis no momento actual. É baseado nesta dura realidade que vos submetemos algumas ideias:

1.º — Luta contra as ilegalidades

— E indubitável que em toda a sua acção repressiva os carcereiros estão a pisar terreno falso no aspecto legal e disso se dão conta, procurando esconder e abafar o que aqui se passa. No caso dos espancamentos do dia 7/VI, não foram observadas as condições em que na lei se admite o uso da força pelos carcereiros. Não houve prévia admoestação, os presos estavam calados quando os guardas irromperam nas celas e começaram imediatamente a espancá-los; os presos não esboçaram qualquer gesto de resistência ou reacção violenta. No caso dos encerramentos na copa, houve puro arbitrio dos guardas prisionais que inventavam os motivos e tomavam logo a iniciativa dos encerramentos. No caso da correspondência com os advogados, como podem impedir o direito legal de os presos solicitarem a sua assistência jurídica para os factos da sua situação prisional? Os carcereiros aprofundam-se cada vez mais na ilegalidade e isso facilitará a luta legal contra eles. Isso será útil para acções a propor à Associação Internacional dos Juristas Democráticos e, no plano interno, à acção das famílias junto das autoridades e dos advogados no plano legal e jurídico. Um trabalho gradual e sistemático a fazer por famílias e amigos junto de individualidades representativas na base duma informação deste regime arbitrário pode mobilizar amplos sectores na luta contra a repressão fascista. Concretamente no caso dos advogados dever-se-ia estudar com alguns deles uma vasta acção a desenvolver no seu âmbito.

2.º — Mobilização e organização das famílias

— Uma positiva acção tem sido desenvolvida pelas famílias dos presos. A combatividade de que deram provas no dia 7/VI mostra que podemos contar com o carinho e forte apoio das nossas famílias. É a nosso ver possível desenvolver uma acção mais sistemática junto de organizações como a Cruz Vermelha, os católicos, as agências e jornais de informação com serviços em Portugal, etc..

3.º — O desmascaramento do regime prisional de Peniche

— As informações que negaram até nos aos eixos exteriores da acção de desmascaramento do regime prisional aqui existente mostram como essa acção deve ser intensificada e cada vez melhor orientada. Sabemos que a direcção de Caxias disse pessoalmente aos presos que para lá foram transferidos da sua discordância da situação repressiva de Peniche, que considera violenta. Outras autoridades manifestam-se apreensivas quanto ao que aqui se está a fazer contra os presos. Depois do que se passou aqui desde 30 de Maio de 1964, devemos considerar outras responsabilidades. Há todas as indicações que os espancamentos de 7/VI foram superiormente comandados. Por quem? Pelo próprio Ministro da Justiça. De qualquer forma, a responsabilidade da D.G.S.P. deve ser apontada por evidente e pessoalmente de alguns dos seus funcionários superiores. Queremos salientar o nome de Orbílio Barbas. Quer numa conversa com o preso Octávio Pato, quer noutra na presença de C. Brito, Orbílio Barbas incentivou à violência contra os presos, ameaçou com o emprego das armas e com a deportação. Numa acção a desenvolver, justo seria agarrar este problema no seu conjunto, isto é, a acção do clã da D.G.S.P. e como ela se liga

estritamente com o agravamento da situação na cadeia de Peniche. Como sabeis, o chefe dos guardas casou com uma antiga criada do anterior director-geral dos S.P. e Orbílio Barbas não tem pejo em elogiar este carrasco, em considerá-lo como disse a Pato, na presença dele, que era um homem profundamente inteligente.

Quem o cobre, quem o protege e porquê? Porquê, há longos 15 anos, tantos são os que aqui está o chefe dos guardas e os que distam desde o contacto estreito do Barbas com esta cadeia, a vida e o regime prisional têm sido constantemente agravados? Quem trava desesperadamente toda a tentativa dum inquerito à cadeia de Peniche? Porquê o Barbas deixou o posto anterior e foi nomeado inspector das obras da D.G.S.P.? Porquê o palácio da Justiça de Guimarães importou em 15.000 contos quando as obras não deveriam ultrapassar os 5.000? Porquê duram há tantos anos (mais de 10) as obras da Cadeia de Peniche? Sabe-se que um guarda, capataz (não o de cá) duma obra construída pelas brigadas prisionais recebeu 20 contos de luvas de um fornecedor de caixilhos de janelas. E quanto renderá ao clã da D.G.S.P. toda esta infame exploração do trabalho prisional? São perguntas que devem ser feitas para mostrar os interesses que estão por trás e protegem de facto os carrascos dos presos políticos de Peniche. Importa depois desmascarar os que aqui de maneira concreta, se destacam na repressão. Sabemos e vós o sabeis também, como os carcereiros são sensíveis a essa acção de desmascaramento. Sabemos que vários escutam R.P.L. e Rádio Moscovo cheios de inquietação. Assim deve continuar-se a denunciar o chefe dos guardas, o director que cada vez se mostra mais cruel, o secretário que secunda conscientemente a repressão e as provocações, e agora os guardas agressores: Rosa, em destaque; Poupá que, além disso, tentou agredir Pires Jorge no dia 1/VI durante uma grosseira provocação; Lopes, um provocador incorrigível; Asdrúbal, que tem mostrado várias vezes o seu ódio aos presos; Duarte, que já antes se destacava e Gil, este em menor escala mas que quando os presos deixaram de falar, lhe — como a todos os agressores — se manifestou raiosamente. Outros guardas se têm destacado nas acções repressivas e provocações. Por agora pensamos que só os nomes que citámos devem ser denunciados, mas avisando os que participam nas acções repressivas que igualmente o serão no caso de não recuarem. Ao próprio povo de Peniche, que se tem mostrado solidário conosco, deve pedir-se que colabore nessa acção de desmascaramento e de isolamento dos carcereiros mais ferozes.

Elas algumas ideias e sugestões que queríamos colocar. No momento actual, voltamos a insistir que se deve estar atento à possibilidade de novos agravamentos independentes da nossa vontade e apesar do esforço que fazemos para não nos deixarmos arrastar nas provocações dos carcereiros e encerrarmos com sensatez a necessária luta contra o regime prisional. Conheceis já os nossos problemas e reivindicações. Pensamos hoje que a reivindicação essencial é a do inquerito à situação de Peniche e que este problema deve ser agitado com força no exterior, visto que nos impedem por todos os meios de nos dirigirmos às entidades superiores. Vamos tentar enviar junto uma cópia da carta que Lourenço enviou para a Direcção da Cadeia. Podéis fazer dela o uso que entenderdes. Tende em conta que hoje os carcereiros negam a agressão, receberam essa carta e não a refutaram".



Mesa que presidiu ao acto público de solidariedade ao povo português realizado no dia 19 de Janeiro na Rádio Nacional de Montevideo.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Lutas Operárias

LISBOA (DO CORRESPONDENTE) — Acompanhando o admirável ascenso do movimento estudantil, as lutas reivindicatórias da classe operária vêm assumindo cada vez maior amplitude em todo o país. Empresas onde, por falta de organização dos operários, nunca se haviam praticamente registrado movimentos coletivos dignos desse nome são agora fonte constante de preocupações para as autoridades fascistas diante da efervescência nelas reinante. Tal é, por exemplo, o caso do "Diário de Notícias", cada vez mais transformado em órgão oficioso do fascismo. Contrastando com a passividade da redação, quase inteiramente constituída por gente de confiança do governo, as oficinas do jornal, onde a seleção ideológica do pessoal se torna mais difícil, vem dando repetidas provas de firme determinação dos tipógrafos de se oporem a pressões e exigências da administração do jornal. São ultimamente constantes os conflitos entre o pessoal das máquinas e o novo diretor técnico, um jovem engenheiro fascista íntimo de vários inspetores da PIDE. As suas arbitrariedades são de tal ordem que há tempos castigou um operário por não se ter levantado na hora do almoço, quando o viu. Para melhor manter o pessoal sob regime de terror vinha chamando os tipógrafos, um por um, ao seu gabinete, ameaçando-os com a PIDE, caso não cedessem a todas as suas exigências quanto a disciplina e produtividade. Essa situação acabou quando, reagindo a essas "entrevisitas", seis operários lhe entraram pela sala a chamar um deles. Não se perturbaram os tipógrafos com a ameaça de que a PIDE seria chamada e fizeram-lhe sentir de modo rude que ou mudava de atitude ou suportaria todas as consequências dos seus gestos de tiranete. A Pide não chegou a vir...

Na CUF, a esmagadora maioria dos operários vem dando crescentes provas de haver compreendido que, apesar das promessas e do tom paternalista, a dinastia dos Melos só cede às reivindicações do pessoal quando estas se apoiam numa sólida unidade dos trabalhadores de empresa. A última tentativa de sabotar essa frente comum dos operários foi um fracasso. Referimos à criação da Comissão Interna da Empresa, iniciativa que, através da promoção de trabalhadores à condição de delegados visava criar uma elite operária dócil às pressões do patronato. Entretanto, para surpresa dos Melos, os delegados à Comissão apresentaram-se na reunião de outubro como porta vozes autênticos dos seus companheiros, expondo as seguintes reivindicações:

- 1 — Que fosse permitido aos familiares dos operários que vão à consulta ao posto médico, comerem no refeitório, pagando o preço único. Foi aceite.
2 — Que fosse montada uma cantina no posto médico. Foi aceite por parte da Cuf, mas a autorização final depende da Caixa.
3 — Que fosse concedida todos os anos uma gratificação ao pessoal reformado, do mesmo modo que é ao pessoal activo. Jorge de Melo recusou, dizendo no entanto que está em estudo o aumento dos reformados. Demora tempo este estudo!
4 — Foi apresentado o caso dos fragateiros da empresa que quando vão para Lisboa, são obrigados a ficarem de prevenção no barco, durante dias inteiros sem poderem sair, ganhando apenas 8 horas.

Logo que esse problema foi levantado, o peralvilho Jorge de Melo apresentou-se da sala. Como o delegado insistisse na questão, o eng. Vasco de Melo convidou-o a mudar de assunto e ante a recusa do representante dos operários seguiu o exemplo do patrão: abandonou a sala! Em todas as secções da empresa vem alcançando o maior êxito o "Boletim dos Trabalhadores". A aceitação por parte do pessoal excedeu toda a expectativa. É significativo que nas reuniões com directores e administradores, os delegados dos operários citem o Boletim em apoio das posições que defendem.

Na EFACEC, empresa onde o pessoal tem grandes tradições de luta com assinaláveis vitórias, os operários obtiveram um aumento salarial na sequência da pressão que vinham exercendo há meses. A percentagem oscilou entre 14 e 15% para os operários, tendo os serventes recebido mais seis escudos. Por outro lado, o apelo para que o pessoal contribuisse com uma hora gratuita de trabalho para o Natal do Sol-

dados não foi atendido senão por escassos elementos, constituindo um maço.

Na fabrica TABOPAN, em Amarante, empresa com mais de mil operários, o proprietário, um tal José Abreu, acaba de receber uma lição que denota o espirito de luta do pessoal. Permitta-se o engumeno escrever no jornal da terra um artigo estropeado que os jovens emigrassem para ganhar o equivalente a 60 ou 70 escudos diários quando ele pagava isso aos seus operários... Estes, que na realidade ganhavam entre 30 e 35 escudos, ficaram tão revoltados que, no primeiro dia em que apareceu na fabrica sacudiram-no pela gola do casaco ameaçando-o de o meter na serra mecanica. Aterrado, o Abreu foi chamar a GNR que desde então provoca ostensivamente os operários.

Na Barragem de Santo Estevão, em SILVES, os operários electricistas vêm travando uma luta que emociona toda a população da cidade. Ante a negativa do fiscal de atender uma petição para que fosse reduzido o horário de trabalho que por vezes atinge 16 horas, sem que os extraordinários lhes sejam pagos nos termos da lei, os electricistas fizeram frente comum ameaçando abandonar o serviço. Resistindo a todas as pressões e ameaças já conseguiram ver reduzido o horário para 10 horas, prosseguindo a luta com entusiasmo cada vez maior.

Os padeiros de FARO pondo em causa o proprio sindicato fascista, acabam tambem de obter uma victoria. Como o organismo não desse resposta a uma exposição que haviam feito, reclamando um aumento geral de salarios de cinco escudos, decidiram nomear uma comissão de 40 padeiros de varias freguesias e apresentaram-se no INT de Faro a fim de protestar em nome da classe pelo desprezo a que os votara o sindicato. Apesar da policia haver tentado dispersar a concentração à porta do INT, os padeiros forçaram e penetraram no edificio onde expuseram as suas queixas. No Instituto receberam a promessa formal de que seriam aumentados.

As operárias da NESTLE iniciaram uma interessante campanha contra a determinação da empresa que as proibe de casar.

Entre os operários TEXTEIS a unidade é cada vez mais firme. A reacção geral da classe ao contrato colectivo de trabalho foi a de aceitar o ridiculo aumento mas continuar a luta pelas suas reivindicações o que é elucidativo do alto nivel da organização. Na ultima assembleia geral do Sindicato dos Operários Texteis varios oradores usaram da palavra para desmascarar a direcção, provando que a mesma serve de instrumento dos designios do patronato. A utilização dos proprios sindicatos fascistas como tribuna onde se denuncia a engrenagem de exploração da classe operária é cada vez mais frequente e o pânico que essa situação causa entre as autoridades constitui a confirmação do acerto de semelhante meio de luta.

Problemas do Ensino

(Continuação da 5.a pag.)

tro lado, a desproporção entre o nível de escolaridade português é o do resto da Europa, que no conjunto dos três graus de ensino já era grande (vimos no artigo anterior que Portugal tem 12,2 estudantes para cem habitantes enquanto a média europeia é de 17,2 por cento), apresenta um carácter chocante se a analisarmos no plano do ensino secundário: em 1962 o nosso país tinha 23,1 alunos do curso médio por 1.000 habitantes enquanto a média da Europa era de 42,1 por 1.000. E' esta a evidência dos números: apenas a quarta parte dos professores secundários é efectiva; quase três quartas partes do país não dispõem de estabelecimentos de ensino secundário; a nossa escolaridade média é pouco mais de metade da do resto da Europa.

Que melhor atestado de desprezo pela causa do ensino se pode passar a um regime que mostra estes resultados ao fim de 38 anos de existência? E que melhores e mais dignas razões pode apresentar a juventude para se organizar do que a luta contra este estado de coisas?

Contra os Monopólios

(Conclusão da 3.a página)

dem em empresas maiores (à sombra protectora dos grandes potentados), têm uma certeza quanto ao futuro que não podem ter se proseguirem nas suas pequenas e médias empresas condenadas à derrota na competição com o grande capital. Tal trabalho de convencimento e chantagem parece aliciador. Não se distingue porém do tom manso com que um bandido pode dizer "a bolsa ou a vida" apontando a arma à vítima.

Aqui intervém a já velha teoria da "democratização do capital" completamente estafada e desacreditada em todo o mundo, mas que os propagandistas salazaristas parece terem agora descoberto.

Segundo eles, as sociedades anónimas são uma forma de "democratização do capital", uma vez que muitos milhares de pessoas, pequenos capitalistas e até trabalhadores podem comprando acções das grandes companhias tornar-se eles próprios seus participantes, partilhando dos grandes "bolos" do capital. Por essa forma atenuar-se-iam de sanareceriam até as contradições entre o capital e o trabalho, entre o grande capital e os pequenos capitalistas.

A verdade é que as sociedades anónimas, os ideólogos do imperialismo apresentam há muito como prova da tendência para "democratização do capital" desmentindo a teoria de Marx segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo conduz à centralização e concentração do capital e este aos monopólios. É a melhor comprovação da lei que pretende contestar.

Formalmente todo aquele que compra uma acção duma sociedade anónima intervém na orientação da "sua" empresa e participa nos lucros em proporção ao valor do seu papel. Mas a realidade é a outra.

Nas assembleias gerais os pequenos acionistas não têm voto. Os estatutos das sociedades estipulam o mínimo papel que devem ter os acionistas para poderem participar e ter voto nas assembleias gerais. Na sociedade de Nitratos, por exemplo, é preciso ter acções no valor de 200 contos; na Cimento Tejo, mais de 500 contos. Como se vê, os pequenos acionistas são simplesmente excluídos das assembleias gerais, não tendo qualquer participação nas decisões das "suas" sociedades.

Por esta forma, um pequeno punhado de grandes acionistas, reúnem-se em assembleia geral e decidem, só eles, segundo os seus interesses, e contra os interesses das centenas ou milhares de pequenos acionistas. Para isso não precisam de ter sequer a maioria do capital. Há companhias onde os estatutos autorizam uma pequena percentagem de grandes acionistas a resolverem todas as questões. Assim, por exemplo, a Agucareira do Quanza autoriza a realização de assembleias gerais com 10 acionistas que detenham 25% do capital. Este exemplo, a que se podia juntar muitos outros, mostra que os grandes capitalistas, detendo apenas uma parte do capital, dominam como senhores onnipotentes as sociedades.

E que participação nos lucros dão eles aos pequenos e médios acionistas? Como mostram eles na prática a "democratização do capital"? Duma maneira simples e cínica: por vezes atiram uma migalha aos pequenos e médios acionistas; outras vezes nem migalhas lhes dão; descaradamente apropriam-se eles, os grandes, dos lucros obtidos.

Auxilio a «Portugal Democrático»

CONTRIBUIÇÕES EXTRA:

- José Augusto Carreira — Alemanha DM 100,00.
Oliveira — Brasil Cr\$ 1.000
Maria Isabel — Brasil Cr\$ 5.000
E.B.P. — Brasil Cr\$ 2.700
A. Rodrigues — Canadá US\$ 5
ASSINATURA ESPECIAL:
Moisés da Silva Moreira — Canadá DC\$ 15,00

(continua)

Pequenas Noticias

• Para justificar uma agressão de civis portugueses ao Senegal o representante de Portugal nas Nações Unidas apresentou uma versão deturpada dos factos, transformando os agredidos em agressores.

• Durante um comício realizado no estádio de Conakry, na Republica da Guiné, os presidentes Sekou Touré, Ben Bella e Modibo Keita condenaram os crimes do colonialismo fascista portugueses e refirmaram a decisão da Africa de lutar pela independencia de Angola, da Guiné dita Portuguesa e de Moçambique.

• O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas enviou ao presidente do parlamento da Alemanha Federal um protesto contra a decisão que considera prescritos os crimes de guerra nazis não julgados.

• O semanário fascista "Agora", em artigo comemorativo do seu 200.º numero, afirma que "suceda o que suceder, vai continuar a cumprir o seu destino e sempre igual a si mesmo: anticomunista, antimodernista, antiprogressista, salazarista, reaccionário, intolerante, temível, assustador", acrescentando ainda vários outros anti...

• Em Moçambique prossegue a invasão dos capitais estrangeiros. A economia açucareira acaba mediante decisão do governo, de cair sob o controle de um grupo australiano e sul-africano.

• Também em Moçambique, uma empresa israelita foi autorizada a montar uma industria de aparelhos de uso doméstico.

• A tragédia da emigração atinge tais proporções que até na Espanha subdesenvolvida procuram trabalho os portugueses. Segundo estatísticas oficiais, sobe já a 17.000 o numero de portugueses residentes no país vizinho.

• O governo fascista concedeu autorização a um monopólio estrangeiro para instalar uma fabrica de tratores no Lobito.

• Um grupo sul-africano vai montar em João Belo, Moçambique, uma fabrica para aproveitamento dos subprodutos da castanha de café.

• O Boletim fascista "Noticias titu-Portugal" anuncia em grandes titulos que a Imprensa Internacional "salienta a importancia do ultimo discurso do sr. professor dr. Oliveira Salazar". Mas, com excepção do excerto de um jornal norte-americano, todas as transcrições que faz são de órgãos da imprensa espanhola...

• Em fins de 1963 havia em Portugal, segundo estatística oficial, 327.004 automóveis licenciados, apesar de o nosso País apresentar o rendimento per capita mais baixo de toda a Europa. O fato vale por uma confirmação dos privilegios que marcam tão dramaticamente a vida portuguesa.

• No dia 10 de fevereiro seguiu de Lisboa para as colonias um numeroso contingente militar constituído por elementos de armas e serviços aquartelados em Faro, Portalegre, Lamego, Leixões, Entroncamento e Lisboa. Muitos já mais voltarão...

• O correspondente do "New York Times" em Lisboa, Marvin Howe, continua pondo a sua pena ao serviço do fascismo português. O importante jornal, depois de haver denunciado durante anos os males do colonialismo, passou agora a exaltar a "obra" de Salazar em Africa, publicando inclusive artigos de redatores da ANI.

• Uma empresa italiana vai montar uma fabrica de descasque e extração de óleo de café, na Machãva, em Moçambique. A invasão de capitais estrangeiros prossegue...

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"PARA ONDE VAMOS EM ANGOLA?"

(...) "A classe operária composta na sua quase totalidade entre os africanos pelos "indigenas" compreende entre 160.000 e 200.000 indivíduos empregados na produção colonial. A administração colonial considera como civilizados e portanto, como "assimilados", ... 30.089 indivíduos numa população africana de 4.036.687, isto é 0,74%. Se considerarmos como activa a população útil, 2/3 das pessoas entre 15 e 59 anos veremos que a mão de obra pode ser recrutada entre 745.531 indivíduos.

Esta população, os "indigenas" recrutados com ou sem intervenção da autoridade administrativa foram 115.551. Receberam, por indivíduo e por dia o equivalente a 3\$60 (escudos) ou seja US\$0,12 (dólares). Pensamos que em Angola é mais do que nunca urgente organizar os operários da industria de transformação das sociedades de pesca dos transportes fluviais, rodoviários e dos caminhos de ferro, em sindicatos e outras organizações de massas para elevar a sua tomada de consciência das realidades da sociedade colonial escravagista portuguesa e garantir a sua orientação decisiva para a luta contra o colonialismo e pela independência, como base de uma sociedade nova. Mais do que nunca o vazio criado pela organização colonial, proibindo toda a espécie de organizações dos trabalhadores agrícolas, operários das minas, e da industria de transformação, dos organismos de Estado, tais como a saúde, os trabalhos públicos, os transportes, etc., deve ser preenchido com um trabalho em profundidade, desenvolvido nas organizações políticas que lutam pela liberdade total e efectiva das massas que mais directamente suportam o peso da exploração colonial portuguesa em Angola.

Mais do que nunca essa força potencial da classe "indigena" angolana deve assegurar-se desde já pela sua participação directa na luta política a garantia dos seus direitos que fará respeitar uma vez o país libertado do jugo colonial. (...) (Américo Boavida, in "LIBERTATION", Casablanca, 9.2.65)

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL Otávio Martins de Moura SUCURSAL RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43.0202

REPRESENTANTES RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67.

LONDRINA: Julio Duarte — Edificio Centro Comercial — Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul

INGLATERRA: British Committee 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkensiraat 15 — Amsterdam - C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

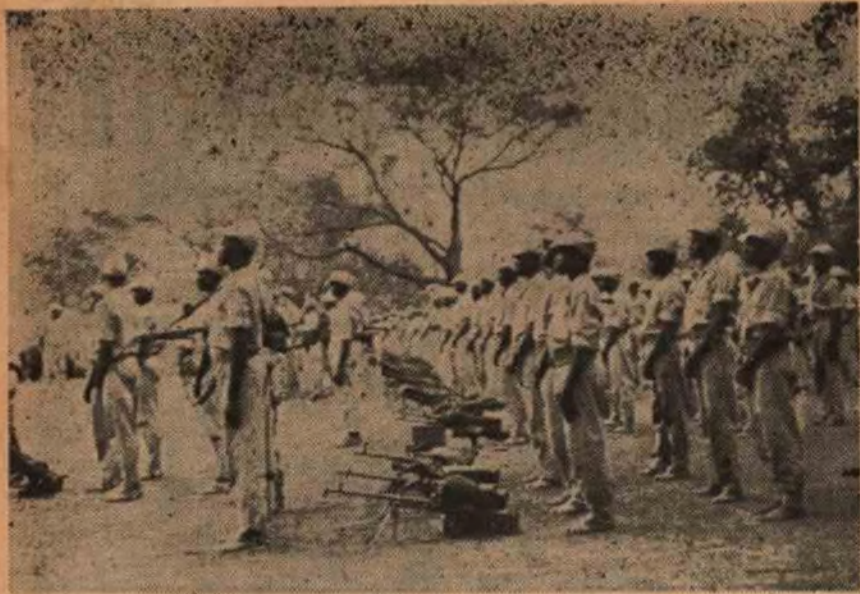
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo.

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha.

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE Dias úteis: das 19 às 22 horas sábados: das 15 às 19 horas. Número avulso: Cr\$ 50 Assinatura anual Cr\$ 1.500 Ano IX - N.º 93 - Abril - 65 Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



Tropas do Exército Popular de Libertação da Guiné em exercícios

Colonialismo e Anti-Colonialismo

Guiné

O fracasso das operações militares empreendidas pelo exército fascista contra os patriotas guineenses, nas suas tentativas para recuperar o domínio das extensas parcelas de território controladas pela organização militar do PAIGC é cada vez mais patente. A própria imprensa salazarista, quando se esforça por disfarçar a situação, acaba revelando as condições desastrosas em que se encontram as tropas portuguesas, constantemente assediadas pelos grupos de comandos nacionalistas. Assim, entre as localidades onde ultimamente se têm produzido ações militares de certa importância, a imprensa controlada pela censura salazarista não pôde deixar de revelar as seguintes: Oio, Corubal, Guidaje, Ganture, Gadamadi, Tito, Quinila, Cacoaca-Cacine, Saliquine, e ainda uma região não precisada ao sul do rio Jumbembem.

Angola

Os patriotas angolanos continuam atacando com insistência as tropas colonialistas portuguesas. Segundo recente comunicado divulgado pelo M. P. L. A., o exército português vem fazendo desesperados esforços para desalojar os combatentes nacionalistas que ocupam posições nas regiões dos Dembos e de Nambuanguo. Os sucessivos ataques lançados contra os patriotas instalados nas florestas resultaram em elevado número de baixas entre os soldados portugueses.

Por outro lado, no enclave de Cabinda, para onde o alto comando fascista tem enviado ultimamente fortes contingentes de tropa, para reforço da que aí se encontrava, os soldados portugueses encontram-se praticamente na impossibilidade de sair dos aquartelamentos, raramente osando transitar pelas estradas nas quais a insegurança é total. Num só recontro entre uma unidade que se aventurou a sair da área do quartel e um destacamento do M. P. L. A., perderam a vida 52 soldados portugueses e 5 caminhões militares foram destruídos. Este recontro verificou-se a 6 quilómetros apenas da base militar de Miconge.

Moçambique

O desencadeamento da guerra de guerrilha, provocou, logo nos primeiros meses, graves perturbações na vida económica desta colónia sobretudo nas zonas onde é mais intensa a actividade dos patriotas da FRELIMO. Nas regiões que se situam ao norte da cidade de Porto Amélia, por exemplo, a desorganização das actividades económicas é completa. As forças militares de ocupação representam, aí, a única expressão da presença colonial, tendo os colonos abandonado as áreas inseguras do interior, refugiando-se nos centros populacionais mais importantes. O exército colonialista concentrado no extremo norte da colónia não consegue, no entanto, sufocar a luta dos destacamentos guerrilheiros, que atuam principalmente no planalto dos Macondes e na região de Moçimboa da Praia.

COMBATES
Um comunicado da FRELIMO publicado em Dar-es-Salaam em 21 de janeiro cita, entre outras, as seguintes ações militares dos patriotas moçambicanos:

Em 29 de dezembro, militantes da FRELIMO realizaram disparos contra a guarnição que protegia o posto administrativo de Olivença, desconhecendo-se o número de baixas causadas na mesma. O posto achava-se cercado por arame farpado eletrificado.

Em 5 de janeiro um contingente de guerrilheiros emboscados nas margens do lago Niassa atacou, de surpresa, um barco que se encontrava em serviço de patrulha. Do ataque resultaram 15 soldados portugueses mortos e vários feridos.

Em 6 de janeiro na província de Cabo Delgado 6 soldados perderam a vida, atingidos por fogo de metralhadora. As respectivas armas: 3 espingardas e 3 pistolas metralhadoras caíram em poder dos militantes da FRELIMO.

Finalmente em Lugela na Zambézia, os guerrilheiros mataram 7 soldados do exército colonialista durante uma emboscada.

“PROSPERIDADE E INTERCAMBIO”

Moçambique importou da metrópole, em 1964, segundo as estatísticas oficiais, 41 milhões de litros de vinho comum, o que representa um aumento de 10 milhões de milhões de litros em relação a 1963. Este “progresso” no intercambio comercial com as “provincias ultramarinas” criará sérios problemas para os serviços policiais de Moçambique, tendo em vista o hábito de prender e passar por rigorosas sessões de espancamento, além de frequente aplicação de trabalhos forçados, aos nativos encontrados em estado de embriaguez ou delatados pelos seus empregadores por faltas ao serviço ou atrasos motivados pelo mesmo fato.

INTEGRAÇÃO

Para chefiarem as delegações dos jornais “Notícias” e “Tribuna” em Lisboa foram designados recentemente dois redatores do pasquim fascista “Diário da Manhã”, respectivamente José Manuel Pintassilgo e Marques Gastão. Estas mudanças na representação dos referidos jornais, ambos de Lourenço Marques, vieram em seguida a uma operação financeira que os colocou sob o controle do Banco Nacional Ultramarino, expressão maior do monopolismo colonial. Deu-se assim um passo no sentido da autêntica integração da política dos monopólios com o monopólio da política.

Apelo aos Leitores

«Portugal Democrático» conclama todos os seus amigos e leitores a participarem da campanha mundial contra a onda de terror que atinge os estudantes portugueses. Em dezenas de países eleva-se um coro impressionante de protestos contra as torturas e violências praticadas pela PIDE. É necessário, indispensável que todos os democratas portugueses se integrem nesse movimento e contribuam para que a sua ressonância se torne universal. Os estudantes de Portugal, pela sua coragem, pela sua dignidade, pela firmeza heroica com que se vêm batendo simbolizam no momento o espírito de luta da Juventude que construirá o futuro da nossa Pátria. Não podemos faltar-lhes com a nossa solidariedade integral. Associemo-nos todos à luta que travam. A corrente de protestos, de telegramas, de abaixo-assinados, de apelos dirigidos às autoridades fascistas deve manter-se e ampliar-se.

Pelos estudantes e contra a repressão policial! Eis a palavra de ordem, o apelo de «Portugal Democrático».

Ultima Hora

4.000 Pessoas em Paris Apoiam A Luta Dos Estudantes

PARIS (Do Correspondente) — Mais de 4.000 pessoas assistiram na Mutualidade ao grande ato público de solidariedade aos estudantes de Portugal e Espanha promovido pela União Nacional dos Estudantes da França com a colaboração de onze movimentos de juventude (cristãos, socialistas, comunistas e judeus). A maioria da assistência era constituída de estudantes e operários que interrompiam frequentemente os oradores aos gritos de «Franco e Salazar assassinos» e de «Liberdade sindical e estudantil!»

Na mesa, ao lado do presidente da UNEF, Schreiner, tomaram lugar a viúva de Julián Grima; Maria Luisa Costa Dias, recentemente saída das prisões salazaristas; o poeta Marcos Ana; e o antigo ministro do governo republicano espanhol Alvarez del Vayo. «Os estudantes espanhóis e portugueses tornaram-se — afirmou

Schreiner — o ferro da lança da luta pela liberdade. Temos que lhes levar o nosso apoio material e financeiro e endereçar um apelo à opinião pública mundial para que cesse a repressão».

Nicolas Jacob, membro do movimento pela Amnistia relatou fatos que pôde comprovar durante uma recente visita a Portugal. Evocou especialmente o caso de José Augusto Silva, estudante liceal de 15 anos, encarcerado num reformatório por motivos políticos, o de Gina de Azevedo e o de Vaz Cunha, que tiveram de ser internados num hospital psiquiátrico após as torturas e interrogatórios a que foram submetidos; e o de Baeta Neves, estudante de Direito que tentou suicidar-se durante um interrogatório.

«Desde 1962 — disse — as prisões de estudantes vêm-se sucedendo. A repressão é conduzi-

da pela policia política que pode, com a ajuda dos tribunais plenários, aplicar-lhes as chamadas «medidas de segurança».

Duas moções pedindo o restabelecimento das liberdades sindicais e a libertação dos estudantes presos foram adoptadas por aclamação. O plenário decidiu ainda que essas moções seriam entregues nas embaixadas de Portugal e Espanha por delegações escolhidas para o efeito.

A imprensa francesa deu grande relevo ao acontecimento, salientando que a presença na Mutualidade de 4.000 pessoas veio demonstrar que a solidariedade do povo francês aos que lutam contra as ditaduras de Franco e Salazar nunca foi tão forte.

O Fascista Silva e Cunha Na Pasta do “Ultramar”

LISBOA (Do Correspondente) — No dia 19 de março, Salazar introduziu no seu governo várias modificações. A remodelação, a que a imprensa deu pouco relevo, abrangeu os ministérios do “Ultramar” e da Economia, bem como o ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho. O sr. José Correia de Oliveira substituiu o sr. Teixeira Pinto na pasta da Economia e o sr. Joaquim da Silva e Cunha foi nomeado para o “Ultramar” em substituição do comandante Peixoto Correia. Na Secretaria de Estado do Comercio o sr. Alves Machado sucede ao sr. Paulo Coelho, na Secretaria de Estado da Agricultura o sr. Vitorio Pires ao sr. Azevedo Coutinho, e na Secretaria de Estado da Industria o sr. Amaro da Costa ao sr. Esteves da Fonseca. Os novos Secretários de Estado da Administração e Fomento Ultramarinos são respectivamente os srs. Almeida Cota e Rui Manuel Patriçio. Para ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho foi nomeado o sr. Antonio Mota Veiga.

A modificação mais significativa foi a registrada na pasta das Colónias, agora chamada do Ultramar. A entrega desse Ministério a um elemento que faz parte da ala direita do regime, não escondendo as suas convicções fascistas, é interpretada como uma concessão importante aos “ultras”, cujo chefe de fila continua a ser o ex-ministro Santos Costa. O sr. Silva e Cunha, ex-comissário da Mocidade Portuguesa, tem publicado vários trabalhos em que se afirma como um colonialista intransigente.

Gen. Humberto Delgado

A imprensa internacional vem-se ocupando largamente do problema suscitado pelo desaparecimento do general Humberto Delgado, cujo paradeiro é atualmente desconhecido. Tendo-se ausentado de Argel nos primeiros dias de fevereiro, com destino desconhecido, o general manteve contacto pelo correio com amigos seus, entre os quais o embaixador Alvaro Lins, até o dia 13 desse mês, data que figurava em postais expedidos de Badajoz. A partir de então não foi recebida mais nenhuma notícia do general, que viajava acompanhado de sua secretária brasileira D. Arajaryr Campos.

A respeito deste desaparecimento têm sido aventadas pela imprensa internacional as mais variadas hipóteses, inclusive a que o general haveria sido entregue pela policia espanhola à PIDE, que o teria fuzilado.

É significativa a insistência com que as autoridades salazaristas, por intermédio de porta-vozes qualificados, ao procurarem explicar o desaparecimento do general insinuam que o ex-candidato à Presidência foi liquidado por elementos da Oposição. Repelindo com o desprezo que ela merece, essa torpe insinuação, PORTUGAL DEMOCRÁTICO, embora não disponha de elementos concretos sobre o estranho desaparecimento, sente-se desde já no dever de advertir a opinião internacional para o fato de a PIDE ter nos últimos anos assassinado dezenas de patriotas portugueses. A confirmar-se o boato do fuzilamento do general, esse crime monstruoso não seria mais do que a

continuação da série infundável de patriotas assassinados como, por exemplo, Antonio Adânglo, José Dias Coelho, Raul Alves, Agostinho Fineza, Catarina Eufemia, Alfredo Diniz, general José Marques Godinho, Estevão Giro, Alfredo Lima, Francisco Madeira, Ferreira Marques, Augusto Martins, Cândido Martins, José Moreira Lemos de Oliveira, José Patuleia, dr. Ferreira Soares, Manuel da Silva Junior, Germano Vidigal, para não citarmos as dezenas e dezenas que pereceram no Campo de Concentração do Tarrafal e nas prisões do governo fascista.

JUSTO LOPEZ

Tomando conhecimento da situação em que se encontrava o democrata espanhol Justo Lopez de la Fuente, as organizações democráticas portuguesas de São Paulo enviaram ao ministro da Justiça da Espanha a seguinte carta:

“Representando as organizações democráticas portuguesas de São Paulo, Brasil, vimos pela presente expressar a V. Excia a nossa preocupação pela situação de JUSTO LOPEZ DE LA FUENTE ameaçado por um processo monstruoso engendrado por mentes medievais e incompatível com os direitos adquiridos pelo homem em sua luta permanente pela Justiça, pela Paz e pela Liberdade.

Por seu intermédio, solicitamos ao Governo Espanhol que seja atendido o clamor mundial em favor de JUSTO LOPEZ LA FUENTE, pon-do fim ao procedimento da Justiça desse país que pretende assassinar este patriota à semelhança do que fez com JULIAN GRIMAU.

Pelo Centro Republicano Português, Alexandre Antunes Pereira; Pela Unidade Democrática Portuguesa, Fernando da Silva Ramos; Pela União das Mulheres Portuguesas, Maria Archer; Pelo “Portugal Democrático”, Miguel Urbano Rodrigues.

No momento em que fechamos esta edição de “Portugal Democrático” chega-nos a notícia, grata a todos os democratas portugueses, de que o ditador Franco, cedendo à pressão da opinião pública internacional, ordenou que o processo de Justo Lopez fosse arquivado.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Com. Futuro, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes